

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURAL**

Valterlan Teixeira Araújo

**A CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM
ITAPACI/GO: impactos socioeconômicos, na família dos pequenos proprietários rurais.**

**GOIÂNIA
FEVEREIRO/2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURAL**

Valterlan Teixeira Araújo

**A CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM
ITAPACI/GO: impactos socioeconômicos, na família dos pequenos proprietários rurais.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em História Cultural da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da professora Dra. Heliane Prudente Nunes.

Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e Territorialidades

**GOIÂNIA
FEVEREIRO/2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURAL**

Valterlan Teixeira Araújo

**A CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM
ITAPACI/GO: impactos socioeconômicos, na família dos pequenos proprietários rurais.**

AVALIADORES

**Prof^ª. Dr^ª Heliane Prudente Nunes-UCG
Orientadora**

Prof^ª. Dr^ª Teresinha Mendes Marra-UCG

Prof^ª. Dr^ª Maria Meire de Carvalho- UFG

**GOIÂNIA
FEVEREIRO/ 2010**

Dedico este trabalho aos meus pais, Valter Alves Araújo e Angélica Teixeira Araújo, pelo amor e carinho e grande contribuição na formação do meu caráter, a meus irmãos: Alex Teixeira Araújo e Valéria Teixeira Araújo Rezende. À minha esposa, Marcilene de Assis Alves Araújo, pelo amor, carinho e pelas lições de persistência. Aos meus filhos, Thífanny Alves Araújo e Tarcísio Henrique de Assis Araújo, por compreender os momentos de minha ausência.

AGRADECIMENTOS

De maneira especial a Deus pela concessão desta conquista, por estar sempre presente nos momentos de dificuldade e desânimo, acolhendo-me com o seu amor, dando-me coragem, sabedoria e fé.

À minha família que não mediu esforços para que eu conseguisse esta vitória, pois pôde compreender a minha ausência e a distância. Alegro-me por tê-los.

Aos meus pais e meus irmãos, com muito amor e carinho.

À minha orientadora, Prof^a. Dr.^a Heliane Prudente Nunes, pela atenção e o companheirismo durante todo o período de aulas e orientações, valiosos momentos de aprendizado acadêmico.

A todos os meus professores do Programa de Mestrado em História na pessoa da Prof.^a Dr.^a Heloisa Selma Fernandes Capel.

Ao meu amigo e grande parceiro Celso Pacheco Júnior, pela atenção e o companheirismo durante toda essa jornada acadêmica.

Ao professor, Santo Reni, pelo apoio e momentos de discussão acadêmica.

A um casal de amigos: Alonso Cavalcante Pereira e Marta de Assis Alves, pelo apoio e a atenção que sempre me deram, fazendo parte desta grande conquista.

Ao amigo Neto Barbosa, pela atenção aos momentos de pesquisa de campo, contribuindo de maneira significativa para o sucesso das entrevistas.

A dois grandes amigos e parceiros Flávio Cavalcante Assis (Flavim) e Fabio Cavalcante Assis (Garotinho) pelos momentos de parceria e discussão acadêmica. Meus sinceros agradecimentos.

A um amigo de longa data, hoje distante (Orlando-EUA), mas sempre lembrado: Welitoney Araújo Martins.

E a todos os meus amigos que de maneira direta ou indireta participaram dessa conquista.

RESUMO

ARAÚJO, Valterlan Teixeira. A Consolidação da Empresa Agrícola da Cana de Açúcar em Itapaci/Goiás: impactos socioeconômicos e culturais na família dos pequenos proprietários rurais. Dissertação de Mestrado 2010, Programa de Mestrado em História, Goiânia, 2010.

Essa pesquisa tem por objetivo discutir os impactos socioeconômicos e culturais em famílias de agricultores da cidade de Itapaci, Goiás, decorrentes da consolidação da empresa agrícola da cana-de-açúcar. A indústria da cana no Brasil, historicamente, preconiza a centralização de terras e capital, apresentando uma tendência de verticalização tecnológica poupadora e excludente de força de trabalho humano. A produção familiar, por sua vez, desempenha um papel fundamental na oferta de produtos que compõem a cesta básica das populações de baixa renda, contribuindo na pauta de exportações de origem agrícola, as quais otimizam e diversificam os recursos humanos e ambientais. Nesse contexto, pensa-se que o cultivo da cana-de-açúcar, nessa região, desarticulou a rotina desses produtores, não dando a essas famílias a chance de se estabelecerem conforme as exigências do modo de vida citadino. Nesse contexto, por meio de entrevista *in locu*, constituíram-se históricos de vida de quinze famílias camponesas, sendo todas produtoras arrendatárias de terras para a Usina Vale Verde. Os dados levantados foram analisados numa perspectiva da dialética, na qual consideram-se as relações de interação entre os sujeitos informantes e pesquisados. Essas entrevistas possibilitaram verificar os sedimentos e valores da cultura nativa e as transformações ocorridas pela migração do homem campo para a cidade. Portanto, essa pesquisa possibilitou o levantamento dos impactos provocados pela implementação da empresa sucroalcooleira nessa espacialidade, tanto nos aspectos culturais quanto sociais e econômicos.

Palavras-chave: cultura, migração, família, campo, cidade, indústria sucroalcooleira, transformações.

ABSTRACT

ARAÚJO, Valterlan Teixeira. The agricultural company consolidation of sugarcane in Itapaci/Go: socioeconomic and cultural impacts on the family of small landowners. Dissertation thesis 2010. Masters program in history, Goyania, 2010.

The aim of this research is to discuss the cultural impacts on the families of farmers in relation to the consolidation of the Agricultural Company of Sugar Cane. The sugar cane industry in Brazil historically supports the centralization of land and capital, with a trend of technological improvements that holds and excludes the human workforce. The household production in turn, plays a key role in delivering the products that make the bulk of the basic needs of low income families, contributing to the exports of agricultural products, which enhances and diversifies the human and environmental resources. In this context, it is thought that the cultivation of sugar cane in this micro region broke the routine of farmers, giving these families no chance to establish themselves in accordance with the requirements of the city way of life. In this context, through a on the spot interview, the backgrounds of fifteen families were built from the ground up, and all these farmers leased land to the Vale Verde Mill. The data were analyzed from a dialectics point of view, which considers the relationship between subjects and informants. These interviews uncovered the core and the values of the native culture, showing the changes that occur because of the migration from the countryside to the cities. Therefore this research shows the social, cultural and economic impacts of the implementation of the sugar-ethanol industry in this area.

Keywords: culture, migration, familie, countryside, city, sugar- ethanol industry, transformations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Os vinte municípios goianos com maior produção de cana safra 2004 Observação a microrregião estudada nesse trabalho – microrregião de Ceres	40
Tabela 02: Produção por área cultivada	41
Tabela 03: Efetivo da pecuária na microrregião de Ceres, de 1998 a 2007	42
Tabela 04: Expectativas de produção entre as safras de 1975/76 vs 2005/06.....	44
Tabela 05: Evolução da produção e das vendas de carros a álcool e bicompostíveis. Brasil – 2004 a 2006	46
Tabela 06: Cana-de-açúcar: comparativo de área, produtividade e produção. Safras 2005/2006.....	47
Tabela 07: Previsão de exportações de açúcar e de álcool para os próximos 10 anos.....	49
Tabela 08: Intenção de investimentos para Goiás. Montante de investimentos e qualidade de projetos por atividade 2009/2012	54
Tabela 09: Usinas de álcool e açúcar já instaladas ou em processo de construção em todo o país	54
Tabela 10: Distribuição das Usinas por Mesorregião, Microrregião e Categoria do Licenciamento Ambiental.....	55
Tabela 11: Desenvolvimento da produção de leite no Estado de Goiás entre os anos de 2001 a 2003	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O ESPAÇO DO CAPITAL	13
2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS	18
2.1 FASE DA MINERAÇÃO, PECUÁRIA E AGRICULTURA: ECONOMIA VOLTADA PARA O MERCADO INTERNO	18
2.2 MARCHA PARA O OESTE: GOIÁS NA ECONOMIA DE MERCADO – AGROPECUÁRIA VOLTADA PARA O MERCADO NACIONAL	22
3. A MICRORREGIÃO DE CERES: OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	24
3.1 ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE GOIÁS: CRIAÇÃO DE GOIÂNIA, FERROVIA E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	24
3.2 CANG: ORIGENS DE CERES, MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E AUMENTO DA PRODUÇÃO	30
3.3 MIGRAÇÕES INTERNAS	36
3.4 MIGRAÇÕES – COMO PROCESSO SOCIAL	37
3.5 DESEMPENHO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE CERES NA PRODUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS	39
4. NOVAS FONTES DE ENERGIA: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NAS RELAÇÕES FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE CERES	43
4.1 O ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE CANA-DE-ACÚCAR NAS PERSPECTIVAS INTERNACIONAL E NACIONAL	43
4.1.1 A Evolução da Cultura da Cana-de-açúcar no Brasil	50
4.1.2 Crescimento e Modernização Econômica: Agroindústria da Cana em Goiás – Produção para o Mercado	53
4.2 ALTERAÇÕES NAS PROPRIEDADES RURAIS	59
4.2.1 Migrações Campo-Cidade e a Degradação Ambiental	61
4.2.2 Transformações na vida familiar dos pequenos agricultores no município de Itapaci.....	65
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	76
ANEXO A: Questionário	77
ANEXO B: Fotos	84
ANEXO C: Modelo de contrato de arrendamento	92

INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás, integrado à região Centro-Oeste, destaca-se, nas últimas décadas, como uma região brasileira bastante dinâmica, em decorrência de uma acelerada expansão do agronegócio, pois responde por parcelas significativas das exportações nacionais. Desde a implantação do Programa Marcha para o Oeste e a consequente ocupação econômica de significativas porções do território goiano, acompanhado dos avanços tecnológicos, Goiás teve um crescimento na produção da agropecuária, ocupando posições expressivas no abastecimento de alimentos para a população brasileira. No entanto, mais recentemente, Goiás modifica a natureza da sua produção agrícola, até então voltada para o abastecimento do mercado interno, e investe na produção de álcool e metanol, para atender à demanda dos abastecimentos nacional e mundial.

Essa nova modalidade de produção agrícola em Goiás tem gerado consequências impactantes na região, com um forte dinamismo regional na agricultura de exportação, mas por outro lado, tem provocado uma vulnerabilidade no abastecimento de alimentos para os mercados regional e nacional. Tais mudanças geram, conseqüentemente, alterações nas formas de produção, com novas culturas e no modo de vida dos pequenos proprietários de terra, que preferem alugar suas propriedades e garantir uma renda anual segura.

Nesse contexto de transformações, marcado pelo relevante desempenho da economia goiana como fornecedora de álcool e metanol, as condições de vida da população não correspondem a melhorias com a mesma intensidade. Pelo contrário, os indicadores econômicos revelam a ausência de programas de saneamento básico, de moradia, de educação e saúde, entre outros. Além disso, a modalidade de crescimento econômico adotado em Goiás não leva em consideração as premissas do desenvolvimento sustentável.

O eixo norteador da sustentabilidade é o aprimoramento e ou desenvolvimento humano, que em tese deveria proporcionar uma maneira de convívio mais harmoniosa entre os homens. O ambiente é consequência do indivíduo e o respeito desse indivíduo deve ser o princípio norteador de qualquer política. Esse comportamento humano tem provocado fortes impactos ambientais no ecossistema regional, degradando, principalmente, a região do cerrado.

Diante do quadro exposto, o desafio apresentado por este trabalho é o de identificar como o desenvolvimento econômico de Goiás, ocorrido nessa última década, provocado pela implantação de novas culturas, orientadas para a produção sucroalcooleira, destinada ao

mercado mundial, alterou o modo de vida tradicional do pequeno proprietário de terra, transformando-o em arrendatário vivendo na cidade, às expensas do aluguel da sua terra

Para compreender esse panorama, alguns questionamentos se fazem necessários:

Como é possível conciliar crescimento econômico e manter a qualidade de vida da população? Como minimizar os efeitos desastrosos da migração do pequeno proprietário para a cidade, até então produtor de alimentos, para se transformar em consumidor, vivendo do aluguel de sua terra? Como as mudanças ocorridas em decorrência da migração para a cidade alteram as relações familiares, seus valores e conhecimentos tradicionais inerentes à experiência do pequeno proprietário de terra?

As respostas a estas indagações são resultantes de pesquisa bibliográfica, realizada com a finalidade de compreender os conceitos e pressupostos teóricos dos estudiosos da questão da expansão da fronteira agrícola, da dependência da produção agrícola brasileira, a demanda do mercado internacional, dos efeitos nocivos de uma modernização sem planejamento, bem como dos conceitos de desenvolvimento sustentado, entre outros.

Também foi realizada uma pesquisa empírica com pequenos proprietários rurais da microrregião de Ceres-GO, em particular a cidade de Itapaci-GO, que alugaram suas terras para o plantio da cana e migraram para as cidades, com a finalidade de melhorar as condições de vida nesse novo contexto. Para tanto foi adotada a técnica de aplicação de um questionário conciliando perguntas objetivas e subjetivas.

A delimitação espacial e temporal do estudo está circunscrita à microrregião de Ceres, uma vez que os indicadores econômicos e sociais, publicados nos relatórios de órgãos do governo de Goiás, demonstram que essa microrregião vem sofrendo profundas mudanças concernentes à adoção de novas modalidades de produção agrícola, abandonando a produção de alimentos e dedicando-se à produção de cana para a indústria sucroalcooleira.

Essa nova modalidade de produção tem provocado um processo acelerado de migrações de pequenos proprietários para as cidades, comprometendo a produção de alimentos e as relações interfamiliares tradicionais. A delimitação temporal estabelece um recorte a partir das transformações econômicas ocorridas em Goiás, decorrentes do Programa Marcha para o Oeste e do plano desenvolvimentista de Getúlio Vargas, que implantam projetos de desenvolvimento econômico por parte dos governos federal e estadual, bem como pela iniciativa privada e empresarial, estimulada pelos programas governamentais de incentivo à produção do álcool e metanol, em substituição ao petróleo.

A estrutura do trabalho está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo será feito uma abordagem teórica da apropriação do espaço pelo capital e as suas conseqüentes relações de dominação. No segundo capítulo é apresentado um estudo teórico das diferentes modalidades de ocupação econômica ocorridas no Estado de Goiás, com a finalidade de caracterizar as formas de fronteiras agrícolas vivenciadas pelo Estado, desde a ocupação inicial do território goiano até a década de 2000.

O terceiro capítulo avalia algumas transformações ocorridas em Goiás, consideradas de grande importância, por serem ícones de desenvolvimento do Estado, como a construção da capital, Goiânia, a expansão da Ferrovia em território goiano, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG), esta última estudada, neste trabalho, como recorte espacial de análise, assim como os movimentos migratórios oriundos de tal processo expansionista.

O quarto e último capítulo faz uma abordagem do estímulo que o governo oferece aos plantadores, de cana para atender a demanda da expansão do mercado sucroalcooleiro em uma perspectiva nacional e internacional. Analisa ainda os reflexos dessa atividade agrícola na economia de Goiás, particularmente na microrregião de Ceres, objetivando compreender as alterações ocorridas nas propriedades rurais, relacionadas com a degradação ambiental, bem como os efeitos provocados na vida familiar dos pequenos agricultores que arrendaram suas terras e migraram para a cidade de Itapaci.

1. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O ESPAÇO DO CAPITAL

Os conflitos sociais, para serem analisados criteriosamente, exigem um suporte conceitual capaz de dar conta da complexidade com que as relações sociais se manifestam. Faz-se necessário um contexto analítico, ancorado em conceitos teóricos capazes de explicar os efeitos das relações humanas e dessas como com seu hábitat. As formas de produção e distribuição dos resultados do trabalho são mediadas pelo modo de produção, o qual estabelece, na sua essência, a inserção das contradições sociais.

Neste tópico, passaremos a desenvolver a nossa forma de ver, pensar e sentir a realidade de um processo histórico, com enfoque no Modo de Produção Capitalista no Espaço Brasileiro. Defende-se a premissa de que as desigualdades existentes são, em última instância, inerentes à própria natureza da reprodução capitalista no espaço por ele apropriado.

Na continuidade/descontinuidade do arranjo socioespacial, temos em sua essência o modo de produção, isto é, a forma de produção dos bens materiais. Num espaço onde ocorre o predomínio de relações capitalistas, esse modo de produção determina a formação econômico-social da totalidade. Mesmo integrando diferentes modos de produção não necessariamente capitalista, o modo de produção capitalista define a hegemonia e a unidade dialética do todo.

As relações de produção do modo hegemônico são as relações hegemônicas sobre a totalidade. São elas as determinantes, em última instância, da totalidade de formação econômico-social, (GRAMSCI, *apud* CARNOY, p. 98-118).

Numa formação econômico-social que congrega processos diferenciados na socialização da natureza, o modo de produção hegemônico tece a unidade dialética do todo, conduz a linha mestra da história dos homens e da natureza. No caso de uma formação econômico-social capitalista, a primeira natureza (natureza original) é potência de valor, o trabalho humano é o principal agente dessa potencialização, transformando-a numa segunda natureza (o espaço social).

A natureza social do espaço no capital é determinada pela natureza das relações de produção, em particular de propriedade privada. Na natureza da determinação das relações de produção, as forças produtivas articulam-se nesse modo de produção em duas direções: a força de trabalho acha-se separada dos meios de produção, derivando daí uma estrutura de classes em que se opõem, de um lado, o trabalhador, proprietário da força de trabalho,

devendo vendê-lo para adquirir meios de subsistência, e do outro o capitalista, detentor dos meios de produção. De acordo com Marx, a igualdade legal da revolução burguesa deixava nu e até mesmo com maior rigor o acúmulo de riqueza para uns e de miséria para outros.

O substrato das relações entre essas duas classes fundamentais do capitalismo está na maneira como se compõe a unificação das forças produtivas no processo de reprodução: o trabalhador vende sua força de trabalho (formal ou informalmente), recebendo em troca um salário com o qual adquirirá meios de subsistência. O capitalista a compra para, juntando-a aos meios de produção de sua propriedade, fazê-la reproduzir o capital em escala ampliada.

No capitalismo, o produtor direto (o trabalhador) torna-se mercadoria. O salário corresponde ao preço da reprodução da força de trabalho, e a mais-valia como meio de reprodução ampliada do capital. Tais são as expressões do antagonismo entre patrão x empregado. A mais-valia é apropriada pelo capitalista, proprietário dos meios de produção e, é justamente a busca da mais-valia, que faz com que o capitalista repita mais e mais vezes o processo de produção.

De acordo com a ideologia de Marx a acumulação de capital é, assim, fruto das relações de produção pelas quais uma maioria de produtores diretos (trabalhadores) coopera – por meio da divisão social do trabalho - para o capital, em prol de uma parcela reduzida de proprietários dos meios de produção (capitalistas), que ficam com a mais-valia. Ou seja, o modo de produção capitalista é uma formação econômico-social historicamente determinada, que congrega em seu interior classes sociais distintas, pelas quais se dá a apropriação privada desses valores de troca (mercadorias) por uma das classes sociais: os proprietários do capital.

A formação econômico-social capitalista surge na cidade como centro dinâmico de uma economia urbana e lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII. Durante os séculos seguintes à libertação de certas cidades do domínio feudal, a fuga dos servos para essas cidades, o estabelecimento das ligas de cidades comerciais e o surgimento de uma classe de comerciantes e banqueiros preparam o terreno para a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, no final do século XVIII, teve como palco, desde o início, a área urbana. Altera-se a base no modo de produção, a seleção da matéria-prima e o produto acabado, altamente lucrativo. Até então, o instrumento de produção, constituído de simples ferramentas, era propriedade do produtor direto, que o manejava. Este era explorado pelo mestre de ofício, na cidade, ou pelo comerciante, nos subúrbios e nas aldeias. Mas com a expansão da manufatura, cuja extensa divisão do trabalho tendia desmembrar os antigos

ofícios, reduzindo-os a uma miríade de funções especializadas e mutuamente dependentes, tornava-se possível empregar homens sem longo aprendizado anterior, que eram treinados com relativa rapidez no trabalho e que seriam, no processo produtivo, apenas assalariado.

Um arranjo espacial dessa natureza, na sua forma aparente, pode estar representado numa instância econômica desenvolvida e composta por intensa divisão social do trabalho, representando as diferentes fases da circulação do capital: industrial (espaço industrial), capital agrário (espaço pastoral - agricultura), capital mercantil (espaço urbano) o capital financeiro (espaço urbano) e diferentes níveis de articulação interna das forças produtivas, ou seja, diferentes níveis de composição orgânica de capital. (MÜLLER, 1989, p. 45 - 60).

As empresas, num arranjo espacial dessa natureza, podem ser consideradas como o elemento catalisador da produção capitalista que, ao produzir mercadorias, antes de mais nada, para o mercado e, conseqüentemente, obter mais-valia aos donos do capital, compõem-se, associam-se, configuram-se, (re)configuram-se, de várias formas, com o objetivo de exercer e dominar uma fatia cada vez maior deste mercado.

Com isso pode-se afirmar que a reprodução capitalista, ao chegar num estágio desta natureza, terá atingido o que hoje é chamado de “*capitalismo de escala global*”, “*fábrica global*”, maximizando todas as vantagens comparativas em espacialidades regionais (estados, países, continentes), numa combinação e extração de mais-valor em uma esfera global. O modo de produzir mercadorias mundialmente para atender os ritmos da acumulação capitalista não mais permite diferenciar o campo de aplicação do capital, seja na indústria, seja na agricultura ou nos serviços.

Ao contrário da diferenciação total prevista por Marx, em seu livro o *Capital* em que o capitalismo, dado a contradição clássica capital x trabalho, tenderia a alcançar uma nova via de formação econômico-social com bases socialistas, no momento em que o trabalhador de posse de sua consciência de classe constituísse o Estado Proletário acabando, assim, com a figura do capitalista, historicamente tem se reconstituído e apresentado novas e complexas formas de extração de mais-valia.

Em uma formação econômico-social capitalista, em que não se configura ainda a hegemonia da acumulação capitalista (como é o caso brasileiro), segundo o conceito o defendido por Trennepohl (2007) temos, nas formações regionais, expressões fenomênicas das diferentes formas de produzir, componentes desta formação. As diferenças de organização e estrutura entre as formações regionais expressam as formas de produção-expropriação de

excedentes, próprias a cada modo de produção e as desigualdades inter-regionais, expressam as formas de articulação impostas pelo modo de produção dominante às demais, ou seja, estabelece-se uma combinação desigual.

A produção capitalista é regida pela dinâmica de valorização do capital e não-satisfação de necessidades humanas. O destino da produção é o mercado e não o auto-consumo e a produtividade - tem como objetivo reduzir os custos para aumentar o excedente e, por conseqüência, aumentar o poder de barganha na competição intercapitalista (...). O capitalismo é o primeiro modo de produção verdadeiramente globalizado. Inicialmente ampliaram-se os mercados de matérias primas e produtos industriais, seguidos pela globalização do mercado de capitais, meios de produção e força de trabalho. Mais recentemente o mercado mundial tem generalizado os padrões de qualidade, produtividade, custos e tecnologia. (TRENNEPOHL, 2007 p. 2)

Nas porções do espaço que atuam como *loco* de produção-expropriação de excedentes, o processo de acumulação torna-se mais escasso, podendo ser sinônimo de geração de “pobreza”. Contudo, *loco* de “riqueza” e *loco* de “pobreza” são expressões que mal escondem a reprodução interna de seus arranjos espaciais específicos da desigualdade. Portanto, “riqueza” e “pobreza” são relações de classes, eufemismos que designam os polos sociais fundamentais da estrutura de classe do capitalismo.

Basta olhar o arranjo do espaço socioeconômico brasileiro, ou de países em desenvolvimento ou de primeiro mundo, para verificar estampada na paisagem a estrutura de classes na organização do espaço, contraditoriamente materializado.

É neste sentido que se pode falar da formação socioespacial capitalista como uma formação de múltiplos espaços desiguais. Mais importante, no entanto, é a percepção de que sendo a estrutura da formação socioespacial a estrutura da formação econômico-social; tais espaços, desigualdades, não são mais que expressão das desigualdades existentes entre as classes sociais, e a causa dessas desigualdades espaciais é a exploração do trabalho pelo capital; seja a produção industrial com maior ou menor grau de especialização produtiva, concentração territorial da produção industrial e urbanização, propriedades com agricultura predominantemente industrializada ou semi-industrializada para o mercado interno ou externo, ou ambos. Permanece, em maior ou menor grau, uma economia camponesa produzindo excedentes alimentares e servindo como reserva de força de trabalho no campo etc.

É nessa perspectiva teórico-metodológica que compreendemos o desenvolvimento do capital no espaço, sempre tendo em mente a visão da totalidade-parcialidade e vice-versa, ou seja, não entendendo nas especificidades, coisas fora do lugar. Embora respeitando suas individualidades, não se pode perder a visão do conjunto; isto vale para o caso brasileiro em suas múltiplas formas de progressão socioeconômica, principalmente para entender o atual processo de globalização econômica.

A análise realizada das transformações ocorridas com os pequenos agricultores do município de Itapaci, localizada na microrregião de Ceres, motivada pela consolidação da empresa agrícola da cana de açúcar nas terras alugadas dos pequenos agricultores, está ancorada nesses conceitos teóricos expostos. Tais conceitos se tornam necessários na medida em que explicam a exploração realizada pelo grande capital em terras anteriormente trabalhadas pelo pequeno produtor, dedicadas até então, à produção de alimentos. Os efeitos desastrosos dessa profunda transformação, provocada pela consolidação da empresa agrícola capitalista, no município de Itapaci, alteram não apenas a paisagem rural, mas as relações familiares, os hábitos e costumes do homem do campo que migra para a cidade.

2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS

2.1 FASE DA MINERAÇÃO, PECUÁRIA E AGRICULTURA – ECONOMIA VOLTADA PARA O MERCADO INTERNO

Neste capítulo, avaliaremos os processos históricos de expansão econômica de Goiás e, especificamente, a do ciclo da mineração, destacando a contribuição dessa atividade no processo de povoamento da região sul do Estado.

Os primeiros estudos sobre a mineração no Centro-Oeste identificam essa atividade com as expedições bandeirantes, direcionadas aos atuais estados de Mato Grosso e Goiás, ocorridas no princípio do século XVIII.

Tais expedições tinham caráter expansionista e ao mesmo tempo predatória, se é que não poderíamos nos referir apenas à segunda observação (predatória), pois além da busca do tão precioso metal, “o ouro”, essas expedições estavam à procura da mão-de-obra escrava do índio.

Desde o começo do governo geral, na metade do século XVI, organizaram-se no Brasil expedições exploratórias ao interior, partindo das capitânicas da costa, com o fim de descobrir riquezas minerais, “minas de ouro, prata e pedras preciosas”. No século XVII, extintos ou rarefeitos os índios do litoral, saíram regularmente dos maiores centros de colonização – Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro – grupos armados que penetravam o interior, à procura de índios para as fazendas. É o que, na linguagem da época, se denominavam “descidas” (PALACIN, 1995, p.16)

A notícia da descoberta de ouro no Centro-Oeste proporcionou um considerável crescimento demográfico tendo em vista a possibilidade de uma riqueza aparente. Esse atrativo vai fazer surgir os primeiros núcleos de povoamento e, com isso, um certo desenvolvimento, pois, promove o surgimento de outras atividades, como é caso da agricultura e a pecuária, ambas de subsistência.

Em Goiás não houve a formação de um mercado interno robusto, pois a população do estado era predominantemente rural e escrava e ainda as vias de transporte, que ligavam esta porção do território nacional às demais regiões do país, eram precárias e escassas. Deste modo, Goiás estava economicamente isolado do resto do Brasil, fator que favoreceu para a constituição de uma agropecuária de subsistência com o esgotamento do ciclo do ouro. (PIRES, 2008, p. 34)

O primeiro povoado, resultado da atividade mineradora foi no atual Estado de Mato Grosso, Cuiabá, fundada em 1719 pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral. (MARTINS E BRIT *apud* AZEVEDO E DELGADO, 1989 p. 02). Já no então Estado de Goiás a atividade mineradora apresentou aproximadamente seus primeiros passos a partir do ano de 1729, por bandeirantes que migraram do Sudeste (São Paulo) para o Centro-Oeste. A exploração de ouro no Centro-Oeste, em especial no caso de Goiás, objeto deste estudo, foi de pouca “expressividade”, levando em conta o curto período de duração, pois não ocorreu, ao contrário de Mato Grosso, o surgimento de polos urbanos de administração mais estáveis e o controle das minas.

Em Goiás percebe-se, no entanto, um outro processo. Após a ocupação inicial, fruto do processo expansionista da “febre do ouro”, ocorre o surgimento de algumas frentes de ocupação, motivadas por outras atividades econômicas. Estamos referindo-nos à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência, proporcionando a ocupação dos então vazios demográficos, como eram classificadas algumas regiões do vasto território de Goiás.

A mineração em Goiás sofreu um esgotamento rápido na sua produção, praticamente estagnando-se por volta do ano de 1820, sendo que em 1922 as atividades são restritas a algumas regiões, como é o caso da exploração da Mina de Chapéu do Sol em Crixás, assim mesmo com curta duração (SOARES *apud* AZEVEDO e DELGADO, 1989, p. 04).

Embora o ciclo da mineração (1722-1822) não tenha sido tão duradouro, ele foi motivo para que a população deixasse as atividades características da mineração e se dedicasse às atividades da lavoura e da pecuária.

Mesmo de curta duração é fato que a mineração ocasionou um modelo de povoamento no Brasil colonial: um povoamento de características urbanas. Durante os séculos XVI e XVII, o povoamento das Capitânicas da costa brasileira dera-se em função da empresa agrícola. Dispersas pelos sítios e fazendas, a população era eminentemente rural, e os poucos centros urbanos, embora dotados de importância política – concentravam os órgãos do poder, locais e metropolitânicos – nos outros aspectos funcionavam como apêndices do vasto interior atomizado. Com a mineração, a situação inverteu-se: os núcleos urbanos, surgidos da concentração mineira, congregaram a maioria da população, marcando o ritmo da vida social e das mentalidades; o interior tornou-se uma extensão econômica, subordinada aos centros mineradores. A valorização do “mineiro” e a desvalorização do “roceiro” (atual fazendeiro), então ocorridas, expressam o fato. Décadas mais tarde, a decadência da mineração provoca a inversão desses valores, gerando a ruralização da economia e dos costumes e, de forma mais lenta, das mentalidades. (PALACIN, 1995 p. 32)

Com uma aparente distância entre o mineiro e o mineral “ouro”, ou seja, com a decadência do ciclo minerador cada vez mais iminente, Goiás passa a viver um novo momento expansionista, caracterizado pelo surgimento de uma nova frente econômica: a pecuária que vai se tornar uma importante forma de ocupação do vasto território goiano.

De acordo com Campos (1998), grande parte desse fluxo migratório, que em sua maioria é originário da região Sudeste, (São Paulo e Minas Gerais) passaria a ocupar a terra por meio da pecuária extensiva, contudo, mais da metade dos criadores de gado não eram donos da terra, demonstrando um grande contrasenso de uma população sem-terra numa terra despovoada.

Chaul (2000) destaca a formação de frentes de expansão para o Oeste brasileiro, antes mesmo do movimento expansionista do Estado Novo do governo Vargas. O autor evidencia a abertura dessas frentes, no território goiano, em períodos relacionados ao movimentos das bandeiras (aprisionamento de índios, exploração do ouro, captura de escravos africanos fugitivos) até a construção de Goiânia, definindo alguns marcos significativos dessas frentes de expansão, especificamente para o Estado de Goiás.

Alguns movimentos da ocupação do território goiano são específicos no que tange ao tempo das fronteiras. Os movimentos bandeirantes, no final do século XVI e início do século XVII, marcam o reconhecimento geográfico do território, já o século XVIII, em uma perspectiva de ocupação populacional, é marcado por um processo de urbanização em função das zonas de mineração. Esse é um curto período, sendo posteriormente substituído pela crescente expansão das fazendas de gado e da agricultura, a princípio caracterizadas por roças de subsistência.

A criação de gado vai se tornar a atividade econômica de maior peso em Goiás, contribuindo de maneira significativa com a arrecadação de impostos, fonte de riqueza e também definindo um caráter expansionista da ocupação do território, ao qual Goiás se inseria de forma isolada das outras regiões da nação.

O Centro – Oeste é criação do Sudeste e, no que se refere ao setor agrário, pode ser considerado como uma “reserva de acumulação primitiva” para a expansão do sistema capitalista, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce em função da renda gerada pelas atividades agropecuárias (OLIVEIRA E REICHSTUL *apud* BORGES, 2000 p.14)

A inserção de Goiás na economia nacional, por meio do setor agrário, foi praticamente uma criação da região Sudeste, uma vez que tal setor assume um caráter de reserva de

acumulação primitiva para e expansão capitalista, já que o setor industrial de Goiás tinha pouca e inexpressiva rentabilidade, sendo esse estimulado pelas atividades agropecuárias. (Oliveira e Reichstul *apud* Borges, 2000, p. 14). Essa estrutura da economia goiana tem o seu ápice com a introdução e expansão capitalista do cultivo do café no Sudeste, e a partir desse momento (meados do século XIX), Goiás passa a exercer importante papel na exportação de matéria-prima para o Sudeste, constituindo-se parte integrante da economia primário-exportadora.

A partir das primeiras décadas do século, com o desenvolvimento urbano de São Paulo e a expansão da fronteira agrícola, a posição de Goiás na divisão regional do trabalho foi redefinida: além de exportador de gado, o Estado especializou-se também na produção e exportação de produtos agrícolas básicos para os mercados do Sudeste. (BORGES, 2000, p. 14)

A nova estrutura da economia nacional, inclusive a de Goiás, já buscava adaptar-se ao novo padrão econômico, o da acumulação com base na indústria que se transformava em capital interno. Mesmo com a crise do setor cafeeiro na década de 20, não ocorreu a estagnação/rompimento da fronteira agrícola. Ao contrário: estimulou-se em função do desenvolvimento urbano do Sudeste, reestruturando o espaço agrário nacional.

São Paulo foi, assim, o epicentro das transformações estruturais da sociedade brasileira. A industrialização e o crescimento econômico “para dentro” exigiam uma reorganização das atividades produtivas e a redivisão inter-regional do trabalho. A abolição das barreiras aduaneiras interestaduais, após 1930, foi o primeiro passo no sentido de operacionalizar a formação do mercado e a integração capitalista das economias regionais. (BORGES, 2000, p. 17)

A relação campo-cidade tratada por Borges (2000) deu-se, em princípio, da agropecuária para a indústria, pois os mercados se localizavam nas cidades. A partir da década de 50 acontece uma inversão: o campo passa a exercer um importante papel – o de consumidor de produtos industrializados.

2.2 MARCHA PARA O OESTE: INSERÇÃO DE GOIÁS NA ECONOMIA DE MERCADO – AGROPECUÁRIA VOLTADA PARA O MERCADO NACIONAL

A Marcha para o Oeste representou um movimento dinâmico, fruto de uma ação do governo federal, idealizado por Getúlio Vargas (1930), com planos de ocupação de áreas menos povoadas no Brasil, principalmente na região Centro-Oeste, pois a mesma contava com grandes vazios demográficos.

A proposta do governo era promover a ocupação desses vazios e estimular a produção agrícola, gerando a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios com baixo custo para que assim pudesse subsidiar o crescimento industrial do Brasil, localizado no Sul e Sudeste, e ao mesmo tempo, garantir a ocupação efetiva do território nacional.

O lema desenvolvimentista no território brasileiro no início do século XX impregnava os discursos oficiais. A Revolução de 1930 ficou caracterizada como um movimento para conter a luta de classes, em face de um proletariado maduro o suficiente para conduzir transformações que iam muito além das propostas dos grupos oligárquicos, da burguesia emergente e da classe média. Essa Revolução assumiu um caráter antioligárquico e antiimperialista – contra o domínio dos grandes proprietários de terras (coronéis) –, sendo as classes médias as principais condutoras da Revolução de 1930 em Goiás e por elas favorecidas. Havia uma preocupação por parte do Governo Federal com os espaços vazios do território nacional, devido à concentração populacional em certas regiões, ou seja, a contrastante densidade populacional do país, que tomou maior importância durante a II Guerra Mundial, passando a fazer parte de projetos governamentais. A “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando à abertura de “escoadouros” para a produção nacional. (PÁDUA, 2008, p. 19)

Com o advento das estradas de ferro e de rodagem e a inauguração de novos meios de transporte, o gado rompe as fronteiras¹ regionais, atingindo os mercados mineiros e paulista.

¹ De acordo com José de Sousa Martins, para se compreender a conceito de fronteira se faz necessário distinguir frente pioneira de frente de expansão, nesse sentido, para esse autor, *frente pioneira* se define economicamente pela presença do capital na produção e na exploração capitalista das terras, e a *frente de expansão* pelos grupos que saem em busca de terras para garantir a sobrevivência como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital.

Nesse contexto, iniciado em meados da década de 1930, ocorre também um relevante crescimento do mercado consumidor do centro sul do país, carente de produtos agrícolas e de matéria-prima para alimentar seu parque industrial que estava em fase de gestação.

A expansão agrícola de Goiás, nesse período, gerou indiretamente um espaço dinâmico no mercado goiano, seja exportando seus gêneros agropecuários, seja importando produtos industrializados: tecidos, calçados, chapéus, aviamentos, perfumaria, equipamentos agrícolas, artigos para a construção civil etc. E esse espaço foi predominantemente ocupado pelos imigrantes árabes. (NUNES, 2000, p. 198)

Tal contexto define Goiás como área de frente de expansão agrícola. No início uma atividade ainda restrita a algumas regiões do Estado, mas com desenvolvimento e ou melhoramentos dos meios de escoagem da produção (ferrovia e malha viária) esta atividade vai aos poucos superpondo-se à pecuária, mas não a substituindo.

A integração de Goiás nos trilhos da Estrada de Ferro representava a primeira via moderna de transporte no estado, sendo capaz de reduzir o espaço/tempo e subtraindo Goiás do isolamento da economia agrária de subsistência, incluindo a economia goiana na ótica da dinâmica capitalista.

A chegada da ferrovia em Goiás, coloca a economia do Estado em contato direto com os mercados consumidores dos centros metropolitanos do país, tendo no Sudeste a maior referência como centro consumidor de produtos primários e fornecedor de produtos industrializados, um setor em expansão no Centro-Oeste. Mesmo sendo interpretada como um símbolo/referência da modernidade em Goiás, a Estrada de Ferro manteve-se estagnada, vitimada pela estrutura tradicional da sociedade agrária e mais possivelmente por grupos da indústria automobilística a partir da década de 30.

3. A MICRORREGIÃO DE CERES: OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.

3.1 ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS: CRIAÇÃO DE GOIÂNIA, FERROVIA E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Os anos da década de 1930 e 1940 representam um novo momento para as ocupações de fronteira, apresentando-se de maneira significativa não apenas pela dinâmica no processo de transformação, mas por um elemento novo: o “simbólico”. Esse novo momento é caracterizado por importantes marcos como a construção da capital, Goiânia, em 1933, a chegada da ferrovia em Anápolis, 1935 e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG², em 1942.

Esses marcos são reflexos da campanha de ocupação do interior do Brasil, defendida pelo ideal de progressismo do Estado Novo da Era Vargas, e vão estimular significativas transformações econômicas, com a inclusão de Goiás no cenário econômico nacional de produção, promovendo o desenvolvimento regional e a expansão do território goiano para além da sua fronteira espacial.

Em uma análise engendrada, a política nacional apresentava condições favoráveis, o discurso desenvolvimentista do Estado Novo do governo Vargas precisava encontrar no centro geográfico do país uma região que fosse capaz de representar o progresso e em tempo garantir a expansão desenvolvimentista da Marcha para o Oeste.

A expansão para o interior do Brasil representava, além de um projeto de governo, a expansão capitalista por meio da ocupação de novos territórios – símbolo do projeto político do Estado Novo.

Por se tratar de um vasto território, a efetivação de tal projeto enfrentou dificuldades, uma vez que, internamente, Goiás apresentava grandes problemas tanto nos aspectos políticos quanto nas precárias condições materiais para a efetivação do projeto expansionista e desenvolvimentista do presidente Vargas.

O governo de Pedro Ludovico, certamente influenciado pelo desenvolvimento comercial do Triângulo Mineiro, representava as aspirações econômicas dos grupos sulinos. Estava em voga o lema desenvolvimentista – embasado na idéia da construção de uma nova capital – mas pairava, de fato, um pesado jogo político. As antigas oligarquias conservavam-se ativas no ambiente da velha capital e exerciam influência sobre líderes e prefeitos do interior, tendo, portanto, de ser politicamente

² CANG: Colônia Agrícola Nacional de Goiás – criada na década de 1940, fazia parte do plano desenvolvimentista do governo Vargas que tinha como propósito a interiorização do país na ocupação dos então vazios demográficos. Compreende, atualmente, à microrregião de Ceres.

minadas. Desse modo, a região sul do Estado buscou sua estrutura de poder, valendo-se da determinação do médico e político Pedro Ludovico Teixeira. (PÁDUA, 2008, p. 19)

O cenário da política nacional estava representado pela Revolução de 30, com uma nova mentalidade, associada a uma concepção de modernidade e desenvolvimento, que em sua essência visava à desarticulação da velha ordem oligárquica.

Em Goiás essa velha ordem tinha a sua maior representação na antiga capital, a cidade de Goiás, e a construção da nova capital representaria um grande impulso para desmontar esse poder tradicional e garantir o desenvolvimento efetivo do estado.

Passaram a ser bastante comuns – nos pronunciamentos governistas – ataques ferrenhos contra a centenária sede do governo ressaltando-se evidentemente, suas deficiências e marasmos. Lógico que não simbolizavam apenas ataques à cidade decadente, mas sim ao centro de poder da oligarquia que se desejava apagar, de uma vez por todas, da liderança política do Estado. (CHAUL *apud* ESTEVAM, 2004, p. 101)

A antiga capital era vista pelo grupo político adepto à modernização de Goiás, como um espaço urbano decadente, conceito este endossado por Pedro Ludovico justificando a sua idéia que a cidade não se encontrava em condições de se manter como capital do Estado de Goiás. Pesavam contra ela os seguintes argumentos: situada sobre terreno acidentado e de altos montes; clima castigado por excessiva temperatura, em função da baixa latitude; problemas de abastecimento de água potável, falta de rede de esgoto e péssimas habitações, além de ser o reduto do grupo político tradicional, liderado pela família Caiado.

Pedro Ludovico baseou a mudança da capital em dois argumentos principais: o problema da saúde pública e a diminuição de 20% da população no período, enquanto a população do Estado duplicava (CHAUL, 1988).

A construção da nova capital se efetiva em meio a grandes discussões e pressões de grupos políticos que insistiam em manter a velha ordem oligárquica, contudo, o entrave político é vencido, e as necessidades passam a ser outras, como por exemplo as dificuldades técnicas e econômicas para a construção da nova capital.

Uma grande dificuldade encontrada foi a falta de mão-de-obra especializada, sendo necessária a contratação de mão-de-obra de outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse caso a saída foi a promoção de intensa campanha, visando reunir operários suficientes para a empreitada e, de sua parte o governo estadual passou a aliciar continuamente migrantes para Goiás. (ESTEVAM, 2004, p. 22)

“Os verdadeiros construtores de Goiânia foram mais de 4000 trabalhadores que, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo vales no final do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser o símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir” (CHAUL, 1988, p.108)

A construção de Goiânia utilizou 4 mil operários vindos do interior de Minas Gerais, São Paulo e de alguns estados do Nordeste, acompanhados de uma leva crescente de imigrantes que queriam participar da expansão da economia, na década de 1930. Diante da escassez de mão-de-obra qualificada para atender à edificação de Goiânia, o próprio governo estadual estimulou a vinda de imigrantes. Em 1931, o jornal *Voz do Povo*, em nome do Estado, convocava trabalhadores para erguer a nova capital. (NUNES, 2000 p. 201)

Com a construção de Goiânia, símbolo do dinamismo de um novo tempo e uma das etapas da Marcha para o Oeste, Goiás se torna o centro das atenções de investidores de várias regiões do Brasil, possibilitando a crescente valorização de suas terras, impulsionando e desenvolvendo um dos setores vitais para o desenvolvimento de Estado – a pecuária, desse modo estimulando a formação de correntes migratórias para Goiás.

Goiânia, ao representar uma “possibilidade geográfica” no interior do país, foi palco de elevada imigração desde os seus primeiros anos de existência. O atrativo real para o surto migratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e matas – até então inexploradas – na área de abrangência da nova capital – a zona de rico potencial agrícola, reconhecida como “Mato Grosso de Goiás”. (ESTEVAM, 2004, p. 104-105)

Com o crescimento dessas frentes migratórias, alguns municípios se expandem rapidamente, sendo necessária a construção de estradas para o acesso e escoagem de produção.

Uma zona de rico potencial agrícola, conhecida como Mato Grosso de Goiás, começou a ser penetrada em função da construção de Goiânia. A edificação da nova capital, desse modo, ao ensejar correntes migratórias, foi responsável pelo lançamento de “germes” de transformação nas estruturas tradicionais do Estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas, tornando-se uma cativante opção para assentamento dos migrantes rurais que passaram a se movimentar pelo

campo brasileiro. A propaganda oficial dos anos trinta – ressaltando em nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás – colaborou para que migrantes de outros Estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e da zona do Mato Grosso de Goiás. A transferência da capital foi uma arrojada aposta no desenvolvimento do Estado. Contudo, o processo demonstrou ser mais complexo e de mais lenta solução. Com efeito, no início da década de 1940, Goiânia era uma cidade perfeitamente estabelecida, porém, o desenvolvimento do Estado ainda estava longe de ser satisfatório. Foi, na verdade, o começo de uma nova etapa, importante não tanto pelas realizações imediatas, mas pelos rumos que marcaram, iniciando mudanças na tradicional mentalidade do homem do campo e trazendo confiança no futuro econômico do Estado. (PÁDUA, 2008, p. 22)

A nova capital, Goiânia, e a cidade de Anápolis tornam-se, nesse contexto, um importante centro econômico de Goiás, funcionando como polo multimodal para o escoamento de grande parte da produção do estado.

A ferrovia foi outro mecanismo importante no processo desenvolvimentista de Goiás, pois a abertura dinâmica marca tal processo, estando a ela relacionada a ideia de progresso e, desta forma, atraindo investidores, abrindo novas formas de exploração econômica.

A chegada dos trilhos a Goiânia, no início dos anos 50, colocava a nova capital e uma vasta área do Estado em contato direto com os centros metropolitanos da economia do país. A ferrovia tornou-se não só a principal artéria de exportação de bens primários e de importação de manufaturados, como também a principal via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna, portanto, um instrumento do capital no processo de dominação econômica e cultural. Todavia, apesar de ser vista como instrumento de mudanças das estruturas goianas, a estrada de ferro permaneceu, por décadas, entreada numa sociedade agrária tradicional. As transformações socioeconômicas estimuladas pelos trilhos foram lentas e desiguais. (BORGES, 2000, p. 36)

A construção de estradas destacava-se como sendo um novo momento na dinâmica da expansão da fronteira (Rodovia Belém-Brasília). Elas possibilitavam a chegada de novas ondas migratórias, bem como a oferta de novos produtos para a região, descaracterizando o isolamento e a economia de subsistência, sendo transformada por um novo modelo de economia, voltado para o mercado.

De acordo com Borges (2000), o projeto da rodovia Belém-Brasília recebeu atenção especial do Governo Federal. A “Transbrasiliana” planejada por Vargas (1934) para ser o eixo rodoviário do país, na prática acabou sendo construída por Kubitschek. A estrada abriria a possibilidade de inserção da chamada Amazônia Legal no mercado brasileiro. O norte goiano,

até então isolado por falta de meios de comunicação terrestre, seria rapidamente incorporado à fronteira agrícola com a implantação da nova rodovia.

Com a construção da capital federal Brasília foram construídas diversas rodovias, dentre elas: BR-010 – ligação ao Nordeste Goiano, BR-020 – ligando Brasília a Fortaleza via Formosa de Goiás, BR-040 – ligação ao sudoeste brasileiro, BR-050 – Brasília a São Paulo como uma opção/alternativa de diminuir as distâncias entre essas duas capitais e dessa forma poder estreitar as relações comerciais, BR-060 – interligando ao Paraguai via Mato Grosso, BR-153 – a mais importante rodovia do estado, interligando o Centro-Oeste ao Norte do país (Belém), BR-452 – fazendo a conexão entre o Sudoeste goiano e o Triângulo Mineiro e a BR-364 – interligando o Centro-Oeste ao Mato Grosso via Sudoeste Goiano.

Com a ampliação de sua malha viária, Goiás teve facilitada a ampliação de sua fronteira agrícola e em tempo possibilitou a integração interna e externa do estado. A construção de tais rodovias proporcionou a dinâmica da ligação entre a região Centro-Oeste ao centro consumidor do país. Como por exemplo a BR-116(050) com ligação Brasília-São Paulo, cortando o Triângulo Mineiro.

Ambas as economias mantinham interesse nessas ligações viárias: São Paulo em manter e alargar o acesso às economias complementares, e o Centro-Oeste e Triângulo Mineiro visando à polarização dos mercados internos e ligação ao centro consumidor do Sudeste.

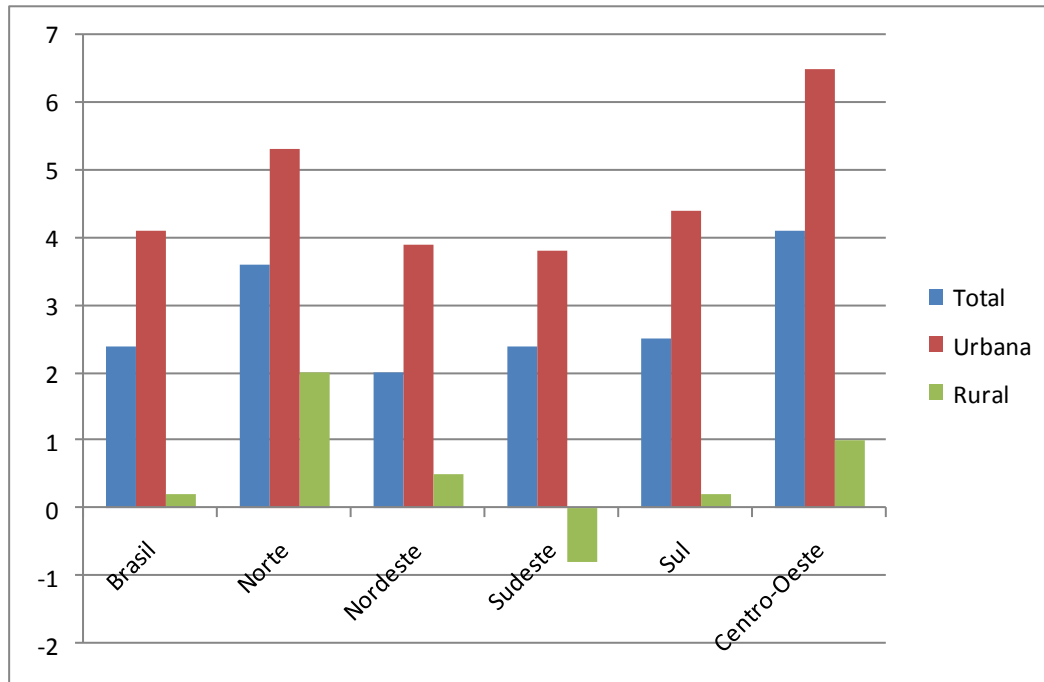
Sobre a intergração dentro do próprio estado, foi no âmbito da construção da BR-153 (Belém-Brasília) que se observaram as notáveis modificações no espaço setentrional do estado, ou seja, a abertura e expansão da então Belém-Brasília torna-se um elemento novo para Goiás, pois foi responsável pelo aumento da urbanização uma vez que possibilitou o surgimento de núcleos urbanos ao longo de sua extensão. (NUNES, 1984, p. 167.)

O norte de Goiás, até então com uma população bastante rarefeita – menos de 1 há/km² em 1950 – havia sido raramente ocupada por frentes de expansão oriundas do Maranhão, Pará, Bahia e Piauí e praticava uma agricultura de subsistência de baixos rendimentos quantitativos e qualitativos. A partir do final dos anos 1950, a abertura da rodovia provocou alterações na configuração econômica nortense e redefinição no seu secular quadro de assentamento demográfico. (ESTEVAM, 2004, p. 120)

O surgimento e posterior consolidação da BR-153 tem em sua dinâmica um duplo movimento: a inserção do Norte do Estado de Goiás, parte do Sul do Estado do Pará e parte do Maranhão à economia de mercado, como também o surgimento e ou deslocamento de

frentes pioneiras vindas do centro-sul de Goiás e de Minas, provocadas pelo aumento da terra, aumentando a penetração do capital no campo. (BEMVINDO, 1984, p. 26)

Gráfico 01: Taxa média geométrica de crescimento anual da população no período, por situação do domicílio, segundo as grandes regiões – 1940/2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

Entre os anos de 1940/2000, as maiores concentrações/taxas de crescimento anual, ocorreram nas regiões Centro-Oeste e Norte com taxas de 4,1% e 3,6% respectivamente. O Centro-Oeste, com taxas de crescimento significativo, apresentou nível de crescimento duas vezes superior a média nacional (0,7 para 7, 2 hab/km²). Dados IBGE, 1940/2000.

3.2 CANG: ORIGEM DE CERES, MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E AUMENTO DA PRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de Goiás foi impulsionado em grande parte pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), contribuindo de maneira significativa, no sentido de promover a ampliação da urbanização nessa região, impactando toda a região do Vale do São Patrício,³ considerada uma das regiões mais importantes do Estado de Goiás. Essa mesma região teve na CANG o estímulo para sua expansão e desenvolvimento, uma vez que proporcionou a vinda de muitos colonos de variadas regiões brasileiras e até mesmo de outros países.

A consolidação do desenvolvimento dessa região deveu-se, em parte, à construção da BR 153, uma das mais importantes vias de comunicação da nação, pois é responsável pela ligação norte-sul do país e corta a microrregião de Ceres, possibilitando um rápido escoamento da produção dessa região, que em sua maioria é direcionada ao Sudeste do país (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro) e ao Norte (Pará, Maranhão).

Chaul (2000) ressalta que em Goiás as transformações de caráter técnico-produtivo, implantadas pela CANG, trouxeram consigo consequências específicas para a estrutura agrária. O fluxo de empresários procedentes do sul e sudeste do país acelerou o processo de privatização de terras, estabelecendo uma grande concentração fundiária no Estado.

A cidade de Anápolis e a nova capital Goiânia são impactadas pelo desenvolvimento econômico decorrente da ocupação da região de Ceres, uma vez que a CANG é ligada por rodovia federal a Anápolis e, posteriormente, a Goiânia, garantindo, dessa forma, a ligação com o Vale do São Patrício.

³ De acordo com Silva (2002) a região que compreende Ceres, Jaraguá e outras cidades da região centro-norte do estado de Goiás é denominada de Vale do São Patrício. Essa denominação deveu-se ao Rio São Patrício, que recebeu esse nome em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (frei João de Jesus e Maria e frei Domingos Santiago), que residiam em Pirenópolis. Existem algumas especulações sobre a denominação da região, como o fato de não ter sido batizada de São Francisco, em homenagem à ordem dos frades, ou não ter recebido o nome de outro santo português. A explicação mais utilizada pelos clérigos da região é a de que existia um seminário jesuíta em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, denominação em honra ao santo irlandês. No livro de óbitos de Pilar de Goiás, um antigo núcleo aurífero dos tempos da mineração, no período de 1850-1864, existe uma referência a uma vila denominada de São Patrício, situada próxima ao rio na região onde é hoje o município de Itapaci. A vila teria sido abandonada por seus habitantes logo após a Guerra do Paraguai, quando os familiares receberam a notícia da morte de seus filhos. A vila acabou e seus habitantes voltaram para a cidade de Pilar. Outra informação interessante é a da existência de uma imagem de madeira, que fora nomeada em honra do santo. A imagem goiana não corresponde à descrição tradicional do santo, mas, no imaginário popular, aquela é a imagem de São Patrício.

O germe do movimento imigratório surgiu quando alguns projetos governamentais, na década de 1940, promoveram assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG – foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. O projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação. O mandatário de Goiás mostrou a Getúlio Vargas, em mapa, “uma zona ótima para tal empreendimento, que ficava muito distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que nesse tempo era a cidade mais populosa e progressista do Estado (ESTEVAM, 2004, p.112)

A instalação das colônias agrícolas nacionais tinham como objetivo a ocupação e a integração de áreas do oeste brasileiro aos centros economicamente mais desenvolvidos. Esse rápido crescimento demográfico se faz acompanhado de um movimento macro – a Marcha para o Oeste⁴ que traz consigo um grande número de migrantes, principalmente do Sul do Estado de Minas Gerais.

As colônias agrícolas surgem nesse contexto, ou seja, o da promoção, da ocupação e da inserção de frentes pioneiras em áreas até então desocupadas, assumindo o propósito de articular o abastecimento dos grandes centros (criação de zonas alternativas para o abastecimento de zonas industrializadas). A esse abastecimento estava atrelada a formação de latifúndios, uma vez que o acesso a investimentos era uma realidade distante dos pequenos produtores.

Esse foi o estilo de ocupação ocorrido na região do Vale do São Patrício, oriundo do movimento expansionista da Marcha para o Oeste, adquirindo a característica de rompimento das fronteiras, servindo de referência para a apropriação social do espaço assumindo ou até mesmo caracterizando uma nova ideia de fronteira.

Para Martins (1997) esta ocupação da fronteira representa um local de interesse e lutas em duas perspectivas: simbólica e violenta. Essas interpretações se configuram em duas abordagens: “frentes de expansão” e “frentes pioneiras”.

Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 1997, p. 158)

⁴ Criada pelo governo Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste encaminhando pessoas de várias regiões do Brasil para áreas com baixo crescimento demográfico a fim de incentivar a produção a baixo custo com o propósito de poder subsidiar o crescimento industrial do Sudeste.

Ao analisar essas frentes de expansão, que para Martins (1997) assumem uma característica antropológica no sentido do deslocamento de uma população “civilizada”, percebe-se um excedente populacional que na sua maioria se caracteriza por famílias pobres, com uma atividade meramente de subsistência.

Essa realidade acaba por comprometer o projeto do governo, em sua perspectiva econômica, pois trata-se de uma ocupação/expansão muito mais demográfica que econômica, uma vez que o estilo de interiorização (ocupação) foi caracterizado por uma grande precariedade, marcado por reduzidos recursos financeiros.

Segundo a observação de Martins (1997) na frente de expansão, a apropriação das condições de trabalho, isto é, da terra, não se faz como empreendimento econômico. O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria.

A CANG como um projeto do governo federal assumiu um caráter de “terra prometida” atraindo para a microrregião de Ceres uma série de migrantes que se movimentavam pelo interior do território brasileiro e, em função desse considerável crescimento, Ceres passa a ser em termos percentuais, um incremento no crescimento populacional superior ao do próprio Estado.

Esse crescimento teve na CANG seu grande impulso, pois a maioria da sua população era formada de migrantes advindos de Minas e do Nordeste do Brasil, na maioria das vezes composta de pessoas com pouco recurso financeiro que viam na CANG a possibilidade de melhorar a condição de vida, uma vez que receberam a “terra prometida”. A distribuição dos lotes era gratuita na área da CANG, num espaço de 106 mil hectares. A maior parte deles tinha uma extensão de 20 a 30 hectares cada. Essa diferença baseava-se na fertilidade e localização do lote.

A região dispunha de florestas virgens e densas – com grande variedade de fauna e flora. O uso da terra para o plantio baseava-se na utilização de rotação de culturas, para dessa forma evitar a depredação das matas, transpondo de uma agricultura migratória para uma permanente. Contudo, em função da utilização de métodos tradicionais como as queimadas, o impacto foi intenso e aos poucos as florestas foram desaparecendo.

A vinda à “terra prometida” era, na maioria das vezes, sofrida e demorada: homens, mulheres, velhos e crianças vinham em busca de um sonho e enfrentavam uma viagem de

centenas de quilômetros a pé, no lombo do cavalo, sob sol e chuva, sem ter onde se abrigar. Esse aspecto foi mais marcante para o migrante nordestino, que tinha em seu cotidiano a vida sofrida e sem muitas perspectivas, a “terra prometida” vinha ao encontro de todas as suas necessidades: a terra fértil, a água em abundância e os pastos verdes, desse modo, esse se tornava o ambiente ideal.

Os colonos da CANG dedicaram-se primeiramente ao cultivo do arroz, seguido pelo do milho e feijão, transformando Ceres em um grande centro fornecedor de gêneros alimentícios de Goiás, atraindo para esta região algumas empresas processadoras de alimentos. Contudo, as técnicas de manejo tradicional, como é o caso das queimadas, acabaram por promover o desmatamento desordenado, contribuindo para o desaparecimento de grandes áreas de matas nativas em curto espaço de tempo.

A apropriação do espaço pelo capital, caso das grandes empresas instaladas na região, vai contribuir para um grave processo de desarticulação entre o produtor e o seu produto, ou seja, instala-se a interferência do mercado especulativo, prejudicando diretamente o pequeno produtor que não tinha condições de competir, subordinando-se aos fornecedores de crédito e comerciantes, em sua maioria instalados em Anápolis.

O acelerado crescimento agrícola da CANG beneficiou duas categorias sociais: os comerciantes de Anápolis e aqueles que se fixaram em Ceres, dessa forma assumindo o caráter de um monopólio na comercialização dos produtos. Os pequenos produtores tentaram uma rearticulação que não apresentou êxito, uma vez que o acesso ao crédito era restrito, beneficiando apenas os grandes proprietários.

Em decorrência, uma parcela dessa população rural foi obrigada a procurar uma negociação por meio da venda das suas glebas ou até mesmo abandonando-as, dando espaço à formação de grandes latifúndios, o que acabou por desarticular e até mesmo descaracterizar o projeto inicial de formação das colônias agrícolas. Nesse sentido, Estevam afirma:

A implantação da CANG foi parcialmente bem sucedida, posto que o regime de pequena propriedade – mesmo que temporariamente – resistiu e parcela dos imigrantes permaneceu definitivamente na área. A experiência “frustada” da CANG não decorreu da incapacidade do trabalhador pobre em levar adiante um projeto de colonização; decorreu eminentemente da falta de distribuição de crédito aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da égide do capital mercantil. (ESTEVAM, 2004, p. 116)

A ocupação inicial estabelecida nessa região por pequenos lavradores teve como finalidade a instalação de um tipo de lavoura com fins lucrativos, contudo, diferenciada daquela que tinha como característica maior a produção capitalista. Alguns estudos apontam para uma ocupação ocorrida antes mesmo do projeto expansionista e desenvolvimentista anunciado pela Marcha para o Oeste do Governo Federal do presidente Vargas. Para os autores desses estudos (CHAUL E SILVA) essas frentes de expansão são denominadas frentes aventureiras, uma vez que não são acompanhadas de uma infraestrutura básica.

Em algumas regiões, ocorreram projetos de colonização incentivados pelo governo federal, por exemplo o projeto Fundação Brasil Central (FBC), que assim como o da CANG, tinha o mesmo propósito, o de ocupação de áreas até então com características de isolamento.

Tal projeto foi instalado na divisa de Goiás com Mato Grosso, ocupando uma área do município de Barra do Garças, e os resultados alcançados não foram significativos, uma vez que a articulação comercial se deu de forma direta com o comércio de Minas Gerais e conseqüentemente não teria promovido uma articulação no sentido de possibilitar a promoção dos assentamentos. Essa não-articulação contribuiu para que a posse da terra ocorresse de maneira irregular, e a permanência nela fosse passageira.

Essas frentes de expansão que substancialmente assumem o caráter de colonizadoras foram responsáveis por mudanças significativas na estrutura dos estados de Mato Grosso e Goiás. No caso específico de Goiás, a zona do Mato Grosso Goiano foi a região que mais sentiu os efeitos dessas mudanças, evidenciando profundas transformações em sua estrutura organizacional.

Os anos da década de 1940 são de grande importância para a região do Mato Grosso Goiano quando esse se destacou como sendo a região que mais recebia imigrantes, reflexo da instalação da ferrovia em Anápolis, que embora não atingisse, em sua extensão, a região do Vale do São Patrício, influenciou diretamente essa região, possibilitando o acesso da economia local aos centros consumidores, despertando o interesse por essa região que estava despontando, apresentando oportunidades econômicas e atraindo grande fluxo migratório.

Nesse sentido, o fim da frente de expansão vai ocorrer com a chegada da fronteira econômica. A frente de expansão nesse caso coloca-se numa zona intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Inevitavelmente, a chegada da fronteira econômica implica no encontro da frente de expansão com a frente pioneira (MARTINS, 1997).

Frente de expansão e frente pioneira colocam-se em momentos históricos distintos. A frente de expansão destaca-se pelo tradicionalismo, com uma agricultura de subsistência não-capitalista. Enquanto a frente pioneira é marcada pelo discurso da modernidade, da urbanização, da ocupação do espaço pelo capital.

Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e de frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo. A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que a fronteira se cria no novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 1997, p. 153)

Nesse contexto, as frentes pioneiras assumem um papel muito maior do que simplesmente crescimento demográfico e até mesmo econômico. Trata-se de uma transformação regional, não se tratando apenas de mudanças físicas do espaço como consequência de povoamento, mas sim transformações culturais que sem dúvida são tão importantes quanto as mudanças estruturais.

Novas ideologias que, em um contato mais íntimo com o lugar, transformam ou se transformam em um processo de constantes mutações: a ocupação social do espaço. A ocupação do espaço nas fronteiras são novos limites para o mundo social. A mágica da ocupação social vai aos poucos construindo a identidade da região ocupada.

Para Silva (2002) a ocupação do espaço social aponta para a investigação da identidade, das lutas simbólicas, da criação da autoridade, das representações culturais/sociais e da relação político-social dos vários campos que compõem esse espaço.

As frentes de expansão para o desenvolvimento e povoamento de Goiás, no caso específico da CANG, caracterizavam-se por uma dinâmica específica de ocupação: a proposta oficial do plano desenvolvimentista do Estado Novo assumindo o caráter nacionalista do presidente Vargas. Esse modelo de ocupação irá possibilitar a formação de uma identidade

cultural distinta, criando uma cultura específica para a região, não sendo apenas efeito da dinâmica da fronteira, mas reproduzindo uma nova ideia da fronteira.

A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção (...) Não se deve, pois, pensar que fronteira é algo externo do “modelo agrícola” brasileiro, (...) A fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da nossa “modernização dolorosa” no campo. (SILVA *apud* SANTANA, 2005, p. 50)

3.3 MIGRAÇÕES INTERNAS

As migrações humanas são, em aspecto genérico, acontecimentos de mobilidade espacial, ou seja, a mudança/deslocamento demográfico de contingentes humanos de uma dada região para outra, assumindo um caráter temporário ou permanente.

As migrações costumam figurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem muitas vezes como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo *está ocorrendo* nos bastidores da história. Se o planeta está em movimento, através de milhões de seres humanos deslocando-se de um lado para outro, ou se as estradas do Brasil estão povoadas de caminhantes - não é exagero falar de um momento de profundas transformações. (GONÇALVES, 2001, p. 05)

Entende-se por migrações internas os movimentos de pessoas que ocorrem dentro de uma mesma fronteira política, sendo o seu estudo de grande importância para a compreensão do processo de formação das cidades e a interdependência entre a cidade e o campo, esse último apresentando um índice maior de dependência.

Esse processo migratório teve grande impulso no século XIX, quando da crescente urbanização, principalmente nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Essa última, objeto de nosso estudo, teve em seu processo de expansão a interferência no sentido de contribuição de alguns elementos como: a construção da ferrovia em Anápolis, a construção da capital Goiânia e a fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) impulsionada pelo projeto do governo federal “A Marcha para o Oeste”, estimulando a vinda de centenas de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Camponeses são, além de produtores também migrantes. Para isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. (WOORTMANN, 1990, p. 35)

3.4 MIGRAÇÕES – COMO PROCESSO SOCIAL

Ao considerar as migrações como processo social, o migrante, conseqüentemente, representa o agente desse processo. Caso percebido ao analisarmos as migrações ocorridas na microrregião de Ceres, em especial a cidade de Itapaci, que contribui de maneira significativa para esse trabalho. Essas migrações são reflexos da implementação da empresa sucroalcooleira naquela espacialidade.

O estudo far-se-á pela análise do processo (migração) como um fato/acontecimento histórico, que influencia os que partem e os que ficam, que se constitui por elementos de ordem estrutural, ideológica, cultural, objetiva e subjetiva.

O eixo de estudo é, no caso, a análise dessas migrações sob a ótica dos sujeitos envolvidos no processo migratório. Com isso assumiremos a ideia defendida por Marx, que os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas. No estudo das estruturas objetivas, classe, gênero, raça/etnia são os locais sociais onde as ações dos sujeitos migrantes acontecem, que acabam por determiná-los.

O estudo do migrante se dá em dois momentos: Inicialmente um trabalhador que emerge em meio a determinadas relações sociais que em muitas vezes são resultantes de processos de expropriação e violência, o que deve ser observado e estudado a ponto de poder identificar as condições históricas que produziram ou até mesmo caracterizaram tal processo.

Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). (SILVA e MENEZES, 2004, p. 5)

Em seguida o migrante passa a fazer parte de uma nova realidade social que vai se definir por agrupamentos sociais (vizinhos, família) que vão identificar esse migrante como um produto do meio, novos *habitus*⁵.

Contudo, essa análise abstrata do migrante acaba por esconder um arranjo de situações concretas e particulares, que são muito importantes, pois vão tratar da formação identitária e social do migrante. No entanto, essas transformações nos fazem refletir no sentido de perceber que aspectos como os fatores econômicos não são, de maneira alguma, os únicos a serem estudados na análise da migração e o seu produto, “o migrante”.

Não há dúvidas sobre a importância do quadro socioeconômico como matriz geradora do processo migratório e do capitalismo brasileiro. Nesse aspecto a condição econômica acaba por desconsiderar o migrante como agente desse processo. O migrante costuma ser visto apenas como força de trabalho que se transfere de regiões (campo) em tese menos desenvolvidas para outras mais desenvolvidas (cidades). Tendo a empresa sucroalcooleira como matriz geradora de renda – o desenvolvimento está no campo e a cidade reflexo desse.

Os migrantes, que são oriundos desse processo, não são apenas reflexos dessas forças econômicas determinadas externamente, são também agentes de seu próprio movimento e que com estratégias diversas moldam o seu próprio processo migratório.

As migrações oriundas das demandas de mão-de-obra na produção e corte da cana, por exemplo, representam um desafio às noções básicas de migração nos aspectos de origem e destino, ao ponto de provocar mudanças no aspecto da tradicionalidade e atração de determinadas regiões.

Desse modo, essas regiões tornam-se ambientes de recusa, quando o migrante não abandona as suas origens para se integrar e permanecer no destino, nesse sentido, a migração representa um ponto em comum de contato entre um local e outro. Para Martins (1997) as migrações temporárias são caracterizadas pela subjetividade e sentimentos dos sujeitos envolvidos nesse processo – os migrantes.

⁵ Para Bourdieu, o conceito de *habitus* entre outras coisas se caracteriza pela capacidade relacional, sua “plasticidade” quando da compreensão de fenômenos e objetos no campo das ciências humanas e sociais.

3.5 DESEMPENHO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE CERES NA PRODUÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

São boas as projeções de crescimento da economia goiana, tendo em vista o grande número de investimentos no Estado em diversos setores, como é o caso da indústria sucroalcooleira entre outras, que avança rapidamente para o interior do Estado, ocupando áreas de cerrado e de pastagens.

O Estado conta com uma área de cerrado de 340 mil Km², sendo o sétimo em extensão no país. Contudo, essa expansão para o interior (cerrado) deve-se fazer acompanhada de estudos de órgãos de proteção do meio ambiente, para contemplar uma exploração mais racional e em tempo poder promover o desenvolvimento sustentável.

Em entrevista à revista Valor Econômico (2009), o Secretário de Planejamento de Goiás, Oton Nascimento Junior, afirma que o Estado se prepara para uma “quarta onda” e, para apresentar o seu argumento, ele recorre à história – “A mudança da capital para Goiânia, na segunda metade dos anos 30, a construção de Brasília nas décadas de 50 e 60 e a implantação do programa de desenvolvimento do cerrado (POLOCENTRO) nos anos 70 e 80, definiram as três primeiras ondas de progresso em Goiás.

A quarta onda será a logística.” Não só a localização estratégica em relação aos maiores centros consumidores do país, mas também fatores de ordem estrutural como disponibilidade de recursos naturais e matéria-prima, topografia plana, clima ameno e oferta de recursos hídricos fazem de Goiás um Estado com grande potencial em desenvolvimento. Embora a localização seja importante, não seria suficiente para uma análise da importância do Estado para uma política de integração nacional.

O agronegócio da cana é hoje um dos setores que vêm apresentando um considerável nível de crescimento em Goiás – com uma atenção especial à microrregião de Ceres (ver tabela 01).

Tabela 01: Os vinte municípios goianos com maior produção de cana, safra 2004. Observação à microrregião estudada nesse trabalho – microrregião de Ceres

Município	Classificação	Área pla/colh (ha)	Produção (t)	Rend.médio (kg/ha)
Stª Helena de Goiás	1º	24.134	2.172,060	90.000
Goianésia	2º	16.650	1.415,250	85.000
Goiatuba	3º	11.350	925.025	81.500
Turvelândia	4º	11.681	887.756	76.000
Maurilândia	5º	8.414	732.018	87.000
Jandaia	6º	8.659	640.766	74.000
Carmo do Rio Verde	7º	8.000	640.000	80.000
Porteirão	8º	6.430	533.690	83.000
Anicuns	9º	6.418	529.998	82.580
Nova Glória	10º	5.800	464.000	80.000
Vila Propício	11º	4.200	378.000	90.000
Inhumas	12º	4.817	369.999	76.811
Itumbiara	13º	4.890	359.904	73.600
Itaberaí	14º	4912	339.999	69.218
Itapaci	15º	4.000	320.000	80.000
Bom Jesus de Goiás	16º	3.647	297.230	81.500
Castelândia	17º	3.122	262.248	84.000
Barro Alto	18º	2.900	261.000	90.000
Rubiataba	19º	3.200	256.000	80.000
Acreúna	20º	2.751	247.590	90.000

Fonte: Anuário 2005, Seplan

De acordo com os dados da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) a microrregião de Ceres ocupa posição de destaque no rank dos vinte maiores municípios produtores de cana-de-açúcar no Estado, representando 30% da produção de açúcar e álcool combustível com uma área cultivada de 40500 (ha) e uma produção de 3.356,250 toneladas.

O Estado conta com grande disponibilidade de terra e uma seleta política de incentivos fiscais, representado por incrementos para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, com investimentos na ordem de 15 bilhões até 2012 – de acordo com o Sindicato dos Fabricantes de Álcool e Açúcar do Estado de Goiás (SIFAEG/SIFAÇÚCAR 2008).

Atualmente, Goiás vem destacando-se no cenário nacional em área plantada de cana-de-açúcar. De acordo com a Companhia de Abastecimento (CONAB), a área cultivada passará de 401 mil hectares para 527 mil, um aumento de 31% esperados para a safra 2009/2010. A produção de 29,6 milhões de toneladas na safra 2008/2009 para 44,5 milhões na safra 2009/2010. A fabricação de álcool de 1,7 bilhão para algo em torno de 2,6 bilhões e a produção de açúcar de 1,1 milhão para 1,7 milhões na safra 2009/2010.

Tabela 02: Produção por área cultivada

	2008	2009 ¹	Varição(%)
Área Plantada	401 milhões/hec	527 milhões/hec	31,42
Produção de cana ²	29,6	44,5	50,34
Produção de álcool ³	1,7	2,6	52,94
Produção de açúcar ²	1,1	1,7	53,64

¹Previsão

² Em milhões de toneladas

³Em bilhões de litros

Fonte: Conab

Com um número cada vez maior de investimento nesse setor pelo Estado, a expansão se desloca cada vez mais para o interior do Estado, situação essa que traz algumas discussões, pois é visível a exploração do cerrado e de áreas de pastagens, preocupando os órgãos de defesa desse setor. Além das alterações da natureza, a grande produção do álcool afeta aspectos da cultura local, uma vez que altera o uso da terra pelos pequenos proprietários. Esse assunto será abordado no próximo capítulo – os estudos dos impactos culturais junto à comunidade de pequenos produtores na microrregião de Ceres, em especial da cidade de Itapaci-Go.

Mapa 01: Microrregião de Ceres



Mapa da microrregião de Ceres.

Fonte: SEPLAN/SEPIN – segundo IBGE, de acordo com a resolução PR nº 11 de 05/06/90

Tabela 03: Efetivo da pecuária na microrregião de Ceres de 1998 a 2007

MUNICÍPIO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Barro Alto	60.000	55.000	56.700	59.000	65.500	65.200	54.000	56.500	53.500	48.600
Carmo do Rio Verde	32.000	38.000	45.000	44.000	48.000	30.000	40.000	39.500	37.000	35.000
Ceres	42.000	40.000	46.000	26.000	24.000	24.000	23.900	23.500	24.000	23.000
Goianésia	117.000	116.400	95.500	111.500	118.500	109.000	102.400	118.500	109.000	104.000
Guaraíta	18.000	18.000	19.000	18.500	19.000	20.000	19.900	20.500	20.200	20.100
Guarinos	25.000	25.000	24.000	24.500	25.000	26.000	26.200	26.000	26.100	27.000
Hidrolina	32.000	32.000	35.000	38.000	35.000	37.000	39.000	37.000	35.000	36.000
Ipiranga de Goiás	-	-	-	24.000	26.000	23.000	22.000	24.000	23.000	21.000
Itapaci	65.000	64.000	70.000	72.000	74.000	79.000	80.000	82.000	75.000	70.000
Itapuranga	120.000	122.000	130.000	143.000	144.000	135.000	134.000	132.000	130.000	126.000
Morro Agudo de Goiás	21.000	20.000	21.000	23.500	24.500	28.500	30.000	31.100	32.000	30.000
Nova América	18.300	18.000	21.000	22.000	22.000	20.000	21.000	22.000	21.000	22.000
Nova Glória	36.000	35.000	38.000	49.000	44.000	40.000	39.000	31.000	30.000	28.000
Pilar de Goiás	45.000	46.000	55.000	63.000	54.000	64.000	64.500	65.000	62.000	59.000
Rialma	30.000	33.000	30.000	27.000	27.100	23.000	21.000	21.500	23.000	24.500
Rianápolis	15.200	15.000	15.200	12.500	15.000	15.000	18.000	15.000	15.300	16.100
Rubiataba	62.000	60.000	70.000	70.000	71.000	69.000	71.000	76.000	75.000	65.000
Santa Isabel	60.300	58.000	63.000	68.000	70.000	78.000	75.000	63.000	74.000	63.100
Sta R.do Novo Destino	42.800	45.000	45.000	48.270	49.500	43.000	42.000	48.300	48.000	51.200
São Luiz do Norte	60.000	55.000	50.000	45.000	45.000	40.000	28.000	32.000	31.000	30.500
São Patrício	18.000	17.500	18.000	16.500	21.000	20.000	19.500	20.000	19.000	18.600
Uruana	52.500	52.000	53.000	60.500	63.000	62.800	62.500	58.000	60.000	63.500
TOTAL: 22	972.100	964.900	1.000.400	1.065.770	1.085.100	1.051.000	1.032.900	1.042.44	1.023.100	979.000

Alguns dos dados evidenciados nas tabelas acima demonstram aspectos importantes no que diz respeito à dimensão da área cultivada de cana-de-açúcar e a diminuição do efetivo da pecuária nas referidas áreas, com uma atenção especial à microrregião de Ceres.

Em função do crescimento do mercado sucroalcooleiro no país e conseqüentemente no Estado de Goiás que apresentando boas condições para o cultivo e distribuição do produto, destaca-se como um novo cenário para o desenvolvimento capitalista do campo, provocando reflexos/retração de algum outro setor de sua economia, na tabela acima representada pelo setor pecuarista (corte), que não foi de maneira alguma substituído, apenas algumas oscilações em determinadas épocas e anos.

4. NOVAS FONTES DE ENERGIA: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NAS RELAÇÕES FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE CERES

4.1 O ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NAS PERSPECTIVAS INTERNACIONAL E NACIONAL

Atualmente, a cultura da cana-de-açúcar é a terceira atividade econômica mais importante na agricultura brasileira em termos de área colhida, ficando atrás apenas da soja e do milho. Nos últimos anos ocorreu forte expansão dessa atividade agrícola, uma vez que o mercado nacional e internacional consumidores de açúcar e de álcool influenciaram positivamente para o desempenho dessa cultura (cana-de-açúcar).

Esse aumento na produtividade e ou expansão do setor é validado por fatores como recuperação dos preços em âmbito internacional dessa *commodity*, o álcool como combustível, facilmente observado pelo aumento na venda de automóveis com motores flex.

Apesar do Centro-Oeste, em particular Goiás, ter expandido muito esse setor (em 1992 respondia por 7,1% e em 2006 por 9,8%) ainda é o Sudeste que continua sendo a maior região produtora, devido a sua participação em área total colhida, sendo em 2006 responsável por 64,0% da área com cana-de-açúcar no Brasil (IBGE 2006).

O setor sucroalcooleiro fatura, direta e indiretamente, cerca de R\$ 40 bilhões por ano, o que corresponde a aproximadamente 2,35% do PIB nacional. Segundo o Dieese (fev. 2003) é, também, um dos setores que mais emprega no país, com mais de 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos, e reúne mais de 72.000 agricultores.

O Brasil vem se destacando como sendo o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e com isso, o principal país do mundo a implantar, em larga escala, um combustível renovável, alternativo ao petróleo. A expansão desse mercado tem estimulado o aumento dos investimentos no setor em todo o país. Esse setor possui grande importância econômica, social e ambiental, sendo grande gerador de ocupação no meio rural, com geração de divisas e produção de energia renovável e limpa.

No período de 2000/2005, as exportações brasileiras cresceram de 258 milhões de litros de álcool para 2,4 bilhões, e as receitas, de 33 milhões de dólares para quase meio bilhão. Na safra 2005/2006, a moagem foi de 431,4 milhões de toneladas de cana, que resultou na

produção de 26,7 milhões de toneladas de açúcar e 17 bilhões de litros de álcool. Em 2006, o parque sucroalcooleiro nacional possuía 320 indústrias em atividade, sendo 227 na região Centro-Sul e 94 na região Norte-Nordeste, que impulsionavam a atividade econômica de mais de 1.000 municípios brasileiros. (IBGE 2006)

Havia, ainda, no país, perto de 30 projetos em fase de implantação. O potencial desse mercado é grande, uma vez que 50 mil empresas brasileiras sofrem o impacto do elevado volume de capital destinado a investimentos, compra de equipamentos/insumos e contratação de serviços por parte das usinas de açúcar e álcool, o que ultrapassa R\$ 4 bilhões/ano. Outro indicador da importância social do agronegócio sucroalcooleiro é a geração de impostos, que a cada ano recolhe mais de R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. (DIEESE, fev. 2003).

A inter-relação entre a produção de açúcar e álcool permitiu ao Brasil destaque no setor, elevando a moagem de cana de 90 para 431 milhões de toneladas em 30 anos.

Tabela 04: Expectativas de produção entre as safras de 2005/06 vs 1975/76.

ANO/SAFRA	2005/06	1975/76
Cana (milhões de tons.)	431,4	91,52
Açúcar (milhões de tons)	26,7	6,02
Etanol (Bilhões de litros)	17,00	0,56
% sacarose para álcool	51,0%	13,7%
% sacarose para açúcar exportação	31,0%	19,7%
% sacarose para álcool	8,1%	0,0%

Fonte: Datagro

Estima-se, ainda, um avanço mais expressivo do mercado dos carros bicombustíveis. Acredita-se que suas vendas possam vir a corresponder a 80% do total, o que exigirá um acréscimo na produção, até 2010, de 7 bilhões de litros de álcool (tabela 01). No mercado externo, há perspectivas de que as exportações de álcool dobrem para 5 bilhões de litros em cinco anos.

Para atender à crescente demanda externa de açúcar e álcool – como combustível, os canaviais começam a avançar sobre outras culturas, induzindo mudanças na estrutura agrária, com reflexos para o homem local e o meio ambiente. Isso tem provocado discussões que demonstram a preocupação desse crescimento, que o mesmo esteja ocorrendo sem um estudo direcionado, ocasionando, segundo alguns pesquisadores, uma crise de alimentos, embora outros estudos demonstrem que esta é uma previsão remota.

A previsão em nível nacional é que a área de cana plantada aumente em 50%, até 2015. (ver tab. 02). O impacto na cadeia de produção da compra de máquinas, passando pela colheita, até os embarques no porto – será de grandes proporções.

As novas demandas do mercado de combustíveis estão cada vez mais críticas, dados os indicadores de escassez e exaustão do petróleo e seus derivados, consorciados com os crescentes movimentos sociais pró-consciência ambientalista. O álcool apresenta-se como umas das possibilidades como fonte energética renovável, principalmente à indústria automotiva e agrega interesses de classes e intracapitais, na perspectiva da produção de uma alternativa limpa e renovável de combustível.

A produção de álcool para fins de combustível tem na cana-de-açúcar uma matéria-prima de origem agrícola, com dimensão em volume de produção e gerenciamento empresarial, determinados pela lógica da concorrência dos grandes mercados nacional e internacional, e exige grandes extensões de terras contínuas e agricultáveis.

Naturalmente é uma atividade econômica que passa a ocupar com vantagens competitivas nas regiões onde se insere, ocupando espacialidades de outras culturas agrícolas. No caso da região em estudo, a parte mais atingida está nas espacialidades de pecuária extensiva e semiextintiva, soja e nas pequenas e médias propriedades familiares que, embora em menor número, sejam as mais impactadas.

Mesmo a estrutura agrária dessa região não sendo preponderante na pequena propriedade rural, são esses os proprietários que tendem a apresentar maiores limitantes em retomar suas práticas de trabalho agrícola, uma vez que são retirados de sua cultura de trabalho. Nesse contexto, informações de campo apontam que os pequenos agricultores, com poucos recursos financeiros, gerencial e tecnológico, ao desejarem retornar às suas propriedades rurais após um período de arrendamento à Usina de álcool, não conseguem, pois faltam-lhes condições essenciais para recompor a infraestrutura e condições de sustentabilidade.

Outro fator limitante está no sentido de que na área onde a cana monopoliza a produção, o assunto se concentra em torno da cultura da cana-de-açúcar e do modernizador – a Usina de álcool. Plantar cana-de-açúcar para produzir álcool é atividade de grande usineiro ou plantador, segundo o senso popular da região, “é coisa de rico”.

A indústria alcooleira é uma atividade que exige escala em termos de dimensões de terra para o plantio, capital, tecnologias, gestão empresarial, grandes incentivos governamentais e conhecimento de mercado. Condições inexistentes aos pequenos produtores rurais, principalmente aqueles de qualificação para a produção de produtos à subsistência.

No caso da Microrregião de Ceres, palco dessa pesquisa, a cana-de-açúcar entra de forma negociada com produtores locais estabelecidos na cultura da soja e principalmente da pecuária extensiva e semiextensiva, ocupando vastas áreas até então voltadas para a produção familiar de subsistência. A relação mercantil entre o usineiro e o dono da terra ocorre por meio de um contrato de arrendamento.

Aparentemente e constatado com as informações de campo, esses arrendamentos estão sendo vistos pela grande maioria dos arrendatários como um bom negócio. Quando inquiridos sobre a importância da cana-de-açúcar para o município de Itapaci, a resposta é unânime: “*Se a Usina sair daqui, a cidade de Itapaci morre*”. (Fala do senhor Teófilo).

O que falta é uma perspectiva de longo prazo que seja capaz de prever os espaços a serem ocupados, caso a produção de álcool-combustível deixe de ser o produto principal de mercado e que sejam previstos ações contra os feitos danosos de ordem ambiental e social que exijam recomposição e o que isso possa significar em termos financeiros e sócioambientais

Tabela 05: Evolução da produção e das vendas de carros a álcool e bicombustíveis. Brasil – 2004 a 2006

Mês	2004		2005			2006		
	Produção	Venda	Produção	Venda	Var.vendas	Produção	Vendas	Var/vendas 05/06
Jan	16.410	16.082	33.834	29.497	83%	100.332	92.100	212,24
Fev	18.387	18.431	37.524	35.224	91%	99.704	95.755	171,85
Mar	21.850	20.844	51.400	53.310	156%	113.512	114.212	114,24
Abr	27.272	27.170	57.194	57.371	111%	97.545	100.273	74,79
Mai	26.394	26.763	69.076	70.320	163%	126.412	120.298	71,07
Jun	31.858	31.184	76.523	75.015	141%	121.782	114.105	52,11
Jul	34.697	34.619	80.697	79.750	130%	113.232	116.686	46,31
Ago	38.993	37.011	92.961	92.717	151%	133.997	134.046	44,57
Set	212.002	41.714	98.708	94.001	125%	114.157	124.003	31,92
Out	198.883	35.891	89.937	91.045	154%	123.774	132.292	45,30
Nov	206.825	40.709	111.567	106.515	162%	135.270	144.047	35,24
Dez	196.281	48.911	106.945	112.543	130%			
Total	1.029,852	379.329	906.366	897.308	137%	1.268,236	1.287,817	43,52
							Var/vendas 2006/2004	239,50

Fonte: Anfavea

Elaboração: DIEESE-GO

OBS: A produção e venda apresentadas referem-se ao total mensal de carros a álcool e bicombustíveis

Tabela 06: Cana-de-açúcar. Comparativo de área, produtividade e produção. Safras 2005/2006

Região UF	Área (em mil ha)				Produtividade (em kg/ha)				Produção (em mil t)		
	Safra 04/05 (A)	Safra 05/06 (B)	Safra 06/07 (C)	Var.% 05/06 (C/B)	Safra 04/05	Safra 05/06	Safra 06/07	Var.% 05/06	Safra 04/05	Safra 05/06	Safra 06/07
CO	517,1	546,9	605,0	10,60	73.453	70.953	72.919	2,8	37.982,3	38.807,1	45.015,6
MT	206,8	205,4	208,9	1,70	69.095	65.535	66.839	2,00	14.288,8	13.460,2	14.073,6
MS	131,0	139,1	159,3	14,50	73.088	70.451	71.699	1,80	9.572,3	9.799,0	12.236,2
GO	179,3	202,5	236,9	17,00	78.744	76.795	79.100	3,00	14.121,2	15.547,9	18.705,8
BRASIL	5.625,3	5.840,3	6.161,8	5,50	73.897	73.868	76.467	3,50	415.694,5	431.413,4	475.25,9

Fonte: Conab/Elaboração: DIEESE

Mundialmente, o álcool é reconhecido pelas suas vantagens ambientais, sociais e econômicas e vem despertando o interesse de países desenvolvidos na tecnologia desse combustível. Vantagens no sentido de ser um cultivo que não prevê a implantação da monocultura, uma vez que parte da área cultivada deve ser reservada para o cultivo de outros produtos como arroz, milho, feijão, entre outros, e econômicos à medida que necessita de uma grande quantidade de mão-de-obra.

No entanto, apesar de todas essas estatísticas apontarem para um grande negócio, com rentabilidade garantida, o que de certa forma alimenta a essência do capitalismo, ainda se encontram estudos como do pesquisador Vito Comar (2007) que faz alguns questionamentos sobre a acelerada expansão do setor.

Comar prevê um quadro sombrio para o Mato Grosso do Sul, quando as Usinas de álcool e açúcar, que estão sendo construídas, estiverem produzindo com capacidade total. O pesquisador alerta: "Estão vendendo a ilusão de que a monocultura da cana vai gerar emprego, divisas e desenvolvimento, mas a experiência do passado comprova que não é bem assim". Para ele, é preciso avaliar a relação custo-benefício antes de aprovar a instalação de uma Usina. "[...] a procura dos países desenvolvidos pelo etanol nada mais é que a exploração das nações ricas sobre as pobres ou em desenvolvimento" (2007, p, 02).

Os preços desses produtos são definidos sempre nas bolsas da Europa e dos Estados Unidos, de forma que países como o Brasil permaneçam sempre como produtor de matéria-prima, enquanto os países desenvolvidos desfrutem dos benefícios e concentram riquezas.

Comar questiona quem vai lucrar com a produção do etanol e não concorda com a classificação de “combustível limpo” que estão dando ao etanol, pois na origem, o álcool anidro não tem nada de limpo, ao contrário, o que se vê são cidades poluídas pela fuligem, com temperaturas elevadíssimas e baixa umidade do ar.

A Organização Mundial da Saúde preconiza como aceitável quando o volume de partículas orgânicas em suspensão está em 50 microgramas por metro cúbico e, apenas como comparação, num dia muito poluído, o índice em São Paulo chega a 60 microgramas por metro cúbico, enquanto nas cidades que abrigam Usinas este volume é elevado para 80 microgramas durante o período de colheita da cana-de-açúcar. (COMAR, 2007) Disponível em <http://bbcnews.com.br>.

O etanol pode ser considerado energia renovável e menos poluidora que os derivados de petróleo apenas quando chega aos países desenvolvidos, mas na origem, onde é produzido, ele deixa um rastro de poluição tão grave quanto o gerado pelos combustíveis fósseis.

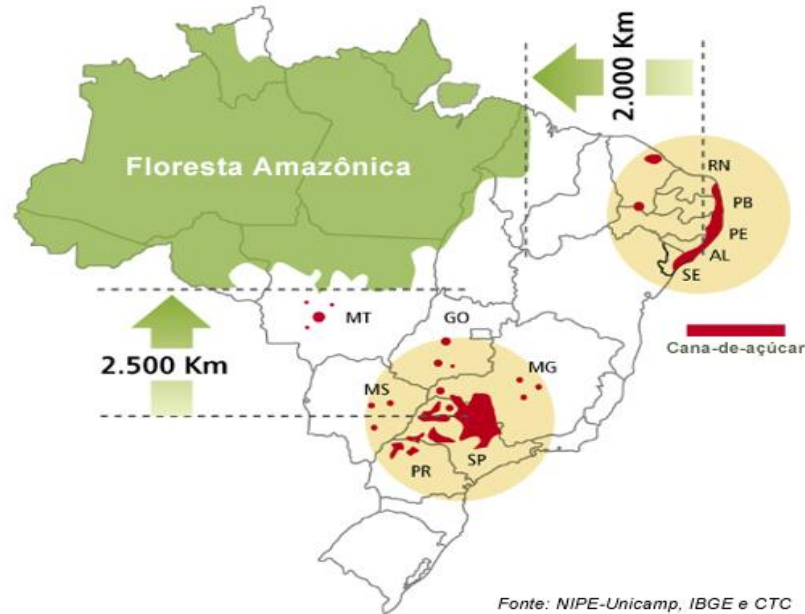
Nesse contexto, a globalização da economia, fenômeno que rompe fronteiras e define uma nova ordem para a gestão dos negócios em todos os segmentos, impõe ao agronegócio brasileiro (setor sucroalcooleiro) uma nova e completa visão de suas práticas e conceitos. Não se pode mais entender a fazenda apenas como um modelo fornecedor de matéria-prima desconectada dos outros momentos de transformação da sociedade pós-moderna, tornando-se imperativo adquirir uma visão sistêmica de produção e comercialização, buscando a eficácia de forma a favorecer a relação custo/benefício.

O agronegócio no setor sucroalcooleiro passa a ser encarado como um sistema de elos, abrangendo itens como pesquisa, insumos, tecnologia de produção, transporte, processamento, distribuição e preço. Com esse modelo, o gerente é o mercado, e o dono é o consumidor. Logo, lidar de forma profissional com esta entidade chamada mercado é uma necessidade fundamental colocada para todos os elos das cadeias produtivas do agronegócio, sobretudo para aquele inserido “dentro da porteira”.

Desse modo, percebe-se que é preciso melhorar alguns aspectos de suma importância, como é o caso das condições de trabalho, remuneração e de qualidade de vida dos trabalhadores da cana. Elas são ainda muito precárias em comparação com as demais categorias de assalariados do país, uma vez que o grande proprietário está sempre preocupado com a sua rentabilidade, com isso submetendo o trabalhador a duras jornadas de trabalho. O cenário que ora se apresenta e as perspectivas futuras do setor indicam que este é um momento oportuno para se pactuar uma reversão no quadro das relações de trabalho do setor

no país. A produção de cana-de-açúcar concentra-se nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil, com processo de expansão para o Centro-Oeste.

Mapa 02: Produção do setor sucroalcooleiro no Brasil



O mapa acima mostra em vermelho as áreas onde se concentram as plantações e Usinas produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, segundo dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP) e do CTC (Centro de Tecnologia Canaveieira).

Tabela 07: Previsão de exportações de açúcar e de álcool para os próximos 10 anos

ANOS	TOTAL EXPORTADO
	Exportações de açúcar (em milhões de toneladas).
2005	16,0
2010	18,1
2015	20,5
	Exportações de álcool (em milhões de litros).
2005	2,7
2010	4,3
2015	6,9

Fonte: MB Associados Elaboração: DIEESE-GO.

As Usinas têm investido em programas de especialização, treinamento e recolocação da mão-de-obra contratada. Segundo José Pessoa de Queiroz Bisneto, presidente de um dos maiores grupos sucroalcooleiros do país, em entrevista ao Valor Online (18/04/07), “O

aquecimento do setor começa a criar transtornos na hora de contratar um profissional capacitado”. Para não sofrer esse problema, o programa de expansão dos negócios do grupo anda junto ao de formação de pessoal.

A partir de 2000, o setor tem crescido muito e à medida que os negócios do setor sucroalcooleiros avançam e multiplicam o seu faturamento, enfrenta novos desafios: o banco mundial responsabilizou o governo brasileiro por subsidiar o setor, enquanto algumas ong’s ambientalistas têm manifestado oposição a novos projetos de construção de Usinas.

A ação ambientalista também deve se intensificar no cerrado, para onde a cana está migrando com grande potencial tecnológico. Atualmente o Estado de Goiás está sendo alvo desses investimentos, e sistema sucroalcooleiro vem apresentando um processo de notável expansão no estado nos últimos anos, com um destaque especial ao ano de 2005, quando de menos de 20 Usinas salta para 34 em 2006 e atualmente para 74 confirmadas, além de mais 36 em cadastro ou análise, somando uma centena. (SEPLAM, 2006).

4.1.1 A Evolução da Cultura da Cana-de-açúcar no Brasil

Desde seu início, a economia de cana-de-açúcar em todo o tempo concentrou seus esforços e objetivos tendo em vista a exportação dos produtos extraídos dessa riqueza. Os processos canavieiros agrícolas, industrial e comercial submeteram-se em cada época histórica⁶ a diversos sistemas de produção, revelando para o estudo da economia política as inter-relações e as influências dos diversos interesses econômicos que visavam dar racionalidade aos processos produtivos, para organizar minimamente o Estado no cumprimento de suas funções de planejamento da exploração das riquezas territoriais.

Para Celso Furtado, não existiria em caráter efetivo outro fenômeno socioeconômico no país que melhor evidencie a formação de nossa identidade territorial que a produção açucareira, por ter sido a grande motivadora dos portugueses para a colonização das terras por eles descobertas em função das grandes navegações.

Diversas políticas estatais canavieiras foram sistematicamente constituindo-se no Brasil, estabelecendo-se desde o engenho colonial até a época das Usinas sucroalcooleiras modernas.

⁶ O engenho colonial talvez seja o tipo de organização com característica produtiva de maior hibridismo já surgido no Brasil, representando a junção de sistemas econômicos totalmente diferenciados, possuindo ao mesmo tempo uma estrutura feudal caracterizada pela forma de propriedade da terra e um sistema de administração que desde o início também era fundamentalmente capitalista.

Na lógica da exploração de um território em que o cultivo da cana e a fabricação do açúcar e mais recentemente a produção de álcool revela que essas ações constituíram-se em um fenômeno integrador da cultura e formador de nacionalidade política.

Historicamente a cultura canavieira tem se manifestado, no Brasil, como um elemento de integração social/nacional, destacando-se como um setor da economia que fez parte de todos os nossos períodos históricos, que só perdeu em importância, talvez, para o café.

Caberia ao açúcar excepcionalmente importante. O seu modo de produção permitiria a Portugal materializar, numa admirável síntese, a solução dos seus problemas fundamentais. Viria o açúcar possibilitar a ocupação da terra em moldes inteiramente ao gosto feudal da época. A certeza de grandes lucros bastaria para atrair a classe dos mercadores, cujos representantes seriam intermediários e banqueiros dos nobres na empresa do açúcar. O afluxo dos metais preciosos aumentava. Expandiam-se o comércio e os mercados, os preços continuavam a elevar-se e o consumo de todos os artigos, inclusive do açúcar, aumentava progressivamente. Os navegadores portugueses viriam, igualmente, colher benefícios com a produção do produto milagroso, que chegou a ser o gênero predominante no comércio internacional. (GUIMARÃES, 1968, p. 44-45)

As transformações inerentes ao processo tecnológico introduzidas na cadeia produtiva da economia açucareira estão entre aquelas que provocam reações em cadeia, ou seja, um movimento permanente que acaba por condicionar todo o processo de mudança social. Contudo, as transformações culturais que estão inseridas dentro do sistema de valores sociais se estabelecem de maneira muito mais lenta que as transformações no sistema de produção.

A acelerada absorção das inovações tecnológicas produzirá neste caso relevantes tensões sociais, de maneira que, em alguns períodos históricos, observamos o desenvolvimento de forças produtivas transformando-se, ao ponto de conduzir a revolução social. O que nos parece, no mínimo, curioso, uma vez que as inovações das características tecnológicas estão diretamente interligadas ao próprio desenvolvimento econômico.

Com efeito, percebemos que a introdução de novidades de cunho tecnológico, com referência ao setor sucroalcooleiro, vem provocando de maneira considerável a riqueza nacional, criando excedentes que a coletividade tem utilizado de forma a aumentar a sua capacidade produtiva. Por outro lado, percebemos que a interferência do sistema capitalista, em suas formas mais primitivas, acaba por criar meios de suprimir a riqueza da coletividade, assim estimulando a concentração dos meios de produção a favor de estratos sociais dirigentes.

Ao observar os efeitos da introdução de novas tecnologias nas economias de países em desenvolvimento, percebe-se que eles não são vitimados, pois o fluxo de mudanças vindas da assimilação de novas tecnologias possui particularidades distintas do modelo empregado pelo desenvolvimento do capitalismo pleno e moderno.

Ao analisar o “boom” da economia sucroalcooleira no Brasil, sentimos a necessidade de entender os complexos princípios da economia política, pelos quais as técnicas de produção surgem como um caminho para o aumento da produção.

Referenciando o mercado sucroalcooleiro, percebe-se que as inovações no campo tecnológico puseram em evidência uma série de reações que passaram a reproduzir-se, causando um considerável aumento na produtividade do sistema em um efeito dominó: aumento da produtividade média, disponibilidade de bens e serviços, impulso ao desenvolvimento científico e avanço tecnológico.

Em uma análise estruturalista, percebe-se que, por mais que se procura avançar na intenção de se construir modelos interpretativos, sempre estarão expostos à construção de hipóteses intuitivas, ou seja, de acordo com Marx, estariam entrepostos: processo produtivo, valores ideológicos e políticos.

Esta interpretação irá subsidiar diversos estudos de análises estruturalistas com características econômicas e políticas, com o propósito de buscar o entendimento ou explicação para a apropriação do território brasileiro, como exemplo: a formação das políticas açucareiras no Brasil como sendo um mecanismo de orientação prática para a ocupação do território pelo cultivo da cana.

Fazendo uma análise histórico-estrutural da produção da cana-de-açúcar no Brasil, percebe-se que essa produção esteve, no passado, associada a duas imagens que compõem a cultura brasileira e se relacionam aos ciclos da cana no país, derivadas de personagens que constituem a formação econômica brasileira.

Em uma primeira observação, na época das capitânicas hereditárias, temos presente a figura do senhor de engenho, que se mantinha no poder político em função da riqueza vinda dos canaviais. Esse mesmo senhor assumia um aspecto dominador/centralizador do mundo rural e, dessa forma, quase que anulava a formação de classes, fossem elas comerciais industriais e corporações urbanas.

Em fase posterior, o que se destacou foi a figura do coronel usineiro, uma imagem que muitas vezes esteve associada à imposição da força por meio de uma política paternalista.

Atualmente, a riqueza produzida pela cana-de-açúcar é controlada por grandes capitalistas nacionais e internacionais, cujos interesses políticos ultrapassam as fronteiras nacionais.

Com o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1990, a interferência racional do Estado foi sendo substituída pela lei do mercado privado, ou seja, quem é mais forte manda em tudo. Nesse cenário, os usineiros se organizaram em grandes companhias agrícolas nas quais os mesmos puderam dividir as máquinas, controlar melhor a distribuição e comercialização dos produtos. Nesse sentido, há uma forte tendência ao desaparecimento do emprego direto e indireto, pois já existem tratores que são controlados por satélites e máquinas com precisão para a adubagem e colheita.

4.1.2 Crescimento e Modernização Econômica: Agroindústria da Cana em Goiás – Produção para o Mercado.



Fonte: Próprio autor.

Os mais recentes estudos sobre a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil revelam que o Centro-Oeste deve se tornar o grande beneficiário da expansão da produção de álcool no país, pois apresenta clima altamente favorável e vastas áreas que se prestam ao cultivo da cana-de-açúcar. Na região Centro-Oeste, Goiás apresenta melhores condições para liderar todo esse processo, já que detém melhor logística, com acesso rodoviário e ferroviário aos principais portos do país.

Tabela 08: Intenção de Investimentos para Goiás. Montante de investimentos e qualidade de projetos por atividades, 2009 – 2012.

Atividade	Montante (R\$ 1.000)	(%)	Projetos
Alcool/Açúcar	19.034.804	62,58	88
Atividade Mineral e beneficiamento	4.127.442	13,57	20
Indústria de Alimentos e Bebidas	1.852.069	6,09	137
Transporte e Logística	1.746.952	5,74	17
Outras Atividades Industriais	738.883	2,43	177
Indústria Metal-Mecânica	610.199	2,01	29
Comércio Atacadista e Varejista	568.013	1,87	126
Biodiesel	499.929	1,64	15
Geração de Energia	395.765	1,30	5
Ind. Higiene, beleza e limpeza	277.744	0,91	25
Indústria Química/Farmacêutica	204.483	0,67	42
Serviços	171.860	0,56	89
Ind. Plásticos/Embalagens	152.000	0,50	35
Ind. de Insumos Agropecuários	29.612	0,10	18
Indústria de Reciclagem	9.213	0,03	8
Total	30.418.967	100,00	831

Fonte: Goiás Fomento/SIC/Seplan-GO/FCO/jornais diversos

Elaboração: Sepin/Seplan-GO

Dados coletados até 25/03/2009.

Tabela 09: Usinas de Alcool e Açúcar instaladas ou em processo de construção em todo país

AL	26
AM	01
BA	04
CE	02
ES	06
GO	16+82
MA	04
MG	27+12
MT	10+05
PA	01
PB	09
PI	01
PE	30
PR	04
RJ	08
RN	03
RS	01
SE	05
SP	164+34
TO	01

(MTL-DI-Goiás. 03/08)

Tabela 10: Distribuição das Usinas por Mesorregião, Microrregião e Categoria do Licenciamento Ambiental

Mesorregião	Microrregião	Em operação	Em implantação	Em Análise	Em Cadastro	Não definido	Total
Centro Goiano	Anápolis	2	0	0	1	1	4
	Anicuns	1	1	0	1	0	3
	Ceres	6	2	2	2	0	12
	Goiânia	0	1	0	0	1	2
	Subtotal	9	4	2	4	2	21
Leste Goiano	Entorno DF	0	1	1	0	0	2
	Subtotal	0	1	1	0	0	2
Noroeste Goiano	Rio Vermelho	0	0	1	0	0	1
	São Miguel do Araguaia	0	1	0	0	0	1
	Subtotal	0	1	1	0	0	2
Norte Goiano	Porangatu	0	0	1	0	0	1
	Subtotal	0	0	1	0	0	1
Sul Goiano	Catalão	1	0	1	0	0	2
	Meia Ponte	5	7	5	4	3	24
	Pires do Rio	0	0	0	1	1	2
	Quirinópolis	1	3	1	1	1	7
	Sudoeste de Goiás	5	3	3	6	4	21
	Vale do Rio dos Bois	4	4	1	5	4	18
	Subtotal	16	17	11	17	13	100

Fontes: MP,2007; AGMA, 2006; SEFAZ, 2006 e SEPLAN,2006

Os novos estudos revelam ainda que a expansão envolve, também, o Centro Goiano, ao norte. Essa expansão é favorecida pela existência de solos com maior aptidão para a cultura, (embora não seja uma regra) desenvolvendo-se de maneira espontânea, e relacionada aos principais eixos rodoviários, garantindo a exportação dos produtos, configurando uma espécie de zoneamento induzido.

Em menos de trinta anos desmontou-se indiscriminadamente a cobertura vegetal original de cerrados para a monocultura da soja e atualmente a cana-de-açúcar. A paisagem retorcida das espécies do cerrado deu lugar às formas geométricas homogêneas, comprometendo as nascentes dos rios como o Araguaia, um dos mais importantes rios do território goiano, como se vê nas proximidades do Parque Nacional das Emas, no município de Mineiros, Sudoeste goiano. (ARRAIS, 2006. p-20.)

Nessas áreas, o potencial de impactos ambientais merece estudos detalhados, sobretudo quando se considera que, dada a sazonalidade de chuvas e temperaturas, os riscos agroclimáticos indicam aumento de pressão sobre os recursos hídricos com o fim de irrigação. Ainda quanto aos impactos ambientais, também, nos deparamos com uma nova modalidade, “o consórcio entre fazendeiros”, ou seja, os pecuaristas tradicionais arrendaram suas terras principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e compram novas terras com o propósito de “reservas”. Dessa forma, tem-se uma inversão nos princípios dessa proposta, ou seja, as áreas que a princípio seriam destinadas às reservas acabam se tornando no futuro alvo de desmatamento.

O acelerado processo da expansão sucroalcooleira, com a instalação das Usinas a monocultura da cana transforma fazendas improdutivas em produtivas rapidamente, do dia para a noite. Os latifundiários alugam as terras que anteriormente eram objeto de desejo dos sem-terra e os transformam em bóias-frias, principalmente os filhos dos trabalhadores rurais.

Há uma pressão objetiva para os assentados arrendarem as suas parcelas ou abandonar sua atividade de trabalho na terra para irem trabalhar no corte da cana, pois acaba reduzindo para esses trabalhadores o campo de atuação, não restando outra opção a não ser a mão-de-obra no corte da cana.

Desse modo, diminui a produção de leite, a produção de alimentos para sua autosustentação e para comercialização, impactando diretamente a agricultura familiar. A tendência é que seja reduzida a área plantada de alimentos, com a diminuição da produção de grãos e aumento dos custos para os consumidores urbanos.

No âmbito do capitalismo mundializado, em que as transformações ocorrem em um ritmo cada vez mais acelerado, muitos dos mecanismos e ferramentas construídas com o propósito de interpretar a realidade tornam-se incapazes e ou obsoletas, impondo uma permanente necessidade de (re) pensar e (re) construir toda uma estrutura teórico-metodológico que possa dar conta dessa dinâmica.

Parece-nos que uma das chaves e compreensão da situação atual das perspectivas historiográficas é o estudo da memória e da identidade. Claro está que esse estudo não mais poderá recorrer à memória como um ato apenas de busca de informação do passado, tendo em vista a reconstituição deste. Mas, deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização. Além disso, a noção de identidade precisa ser antropologizada com o objetivo de ampliar seus aspectos de possibilidades, saindo-se assim da conceituação de identidade como sendo meramente ideológica. (DIEHL, 2002, p.112)

Dessa maneira, é a forma de inserção crítica e reflexão sobre os fatos que nos envolvem como pesquisadores e sujeitos sociais que movem a pesquisa, como forma de evidenciar a lógica de processos que tomam vida à frente de ações combinadas, caracterizadas por sujeitos concretos.

Ao analisar a expansão do setor sucroalcooleiro em Goiás, percebe-se o quanto é evidente a apropriação do espaço pelo capital, mostrando que a extração do excedente social está embasada em mecanismos criados com o propósito de apropriação do território, fundamentados no privilégio da concentração da propriedade privada da terra, esta como

instrumento de acumulação em de duas frentes: A) o cerceamento ao seu acesso atuando com o intuito de desestruturar a relação oferta-procura, causando uma valorização que a torna (terra) inacessível à maioria dos trabalhadores, inclusive aqueles envolvidos em atividades agrícolas; B) divisão da terra de forma desigual confere aos proprietários um grande poder, desobrigando-os de observar o cumprimento da função social.

Em resumo, percebe-se que a expansão desse setor, frente às regiões de pequenos produtores em Goiás, poderá provocar um desequilíbrio na cadeia da produção familiar, uma vez que as frentes de arrendamento provocam a desestruturação desses pequenos produtores.

Tal processo acaba por provocar uma migração do campo para a cidade. Embora não existindo grandes distâncias, esta última evidencia-se como formadora de novas identidades/sensibilidades culturais, que trataremos mais adiante ao analisarmos a nova vida do homem no campo, e dos pequenos agricultores que após arrendarem suas terras sofrem profundas transformações nos seus valores tradicionais.

Por outro lado, se do ponto de vista comercial as tendências/perspectivas são boas, o setor ainda apresenta péssimas condições de trabalho e baixos salários. A situação imposta pela maioria dos empregadores do setor em Goiás e em todo o Brasil mostra que parte desta margem de rentabilidade das empresas deve-se ao trabalho estafante dos canavieiros, como revelam os exigentes critérios de produtividade, passando de seis toneladas diárias na década de 1980, para dez toneladas/dia, atualmente.

De acordo com a Convenção Coletiva do Setor Canavieiro 2009 – CCSC, as referências de valor e de cálculos para preços no segmento ficou assim estabelecida para o ano de 2009:

Metros de cana em 5 (cinco) linhas que equivalem a 1 (um) hectare de terra

$$1,20 \times 5 = 6,00 \Rightarrow 10.000 : 6,00 = 1,66666$$

$$1,30 \times 5 = 6,50 \Rightarrow 10.000 : 6,50 = 1,53846$$

$$1,40 \times 5 = 7,00 \Rightarrow 10.000 : 7,00 = 1,42857$$

$$1,50 \times 5 = 7,50 \Rightarrow 10.000 : 7,50 = 1,33333$$

Cálculo de toneladas de cana por hectare

Fórmula

Peso líquido x ha : n° de metros da carga = x, ou seja, exemplo:

$$13.500 \text{ Kg} \times 1,42857 : 250\text{mt} = 77,14 \text{ t. ha}$$

$$12,749 \text{ Kg} \times 1,42857 : 218\text{mt} = 83,55 \text{ t. ha}$$

Metros de cana em 5 (cinco) linhas que equivalem a uma tonelada

Tonelagem	Média por tonelada	Número metro por tonelada no Estado.
110 – 129	119,5	11,92+
100 – 109	104,5	13,67+
99 – 99	94,5	15,12
70 – 89	79,5	17,97
50 – 69	59,5	24,00
Até 49	40,0	35,71

Na luta por uma representatividade, os canavieiros formam uma categoria que apresenta grande dificuldade de organização, o que acaba por comprometer a criação de uma identidade cultural⁷ e relações políticas, pois os canavieiros, a cada safra, trabalham em Usinas diferentes. Os acordos com grupos pertencentes à ideologia dominante teriam, como consequências, a certeza de que existe, no Brasil, a manutenção da ordem, ou seja, do não-conflito, do não-diálogo, da aceitação da exclusão social e desinteresse pelas questões de ordem econômica, política e social, especialmente por parte das camadas sociais mais pobres.

Apesar dos grandes avanços tecnológicos, e consequentes ganhos de produtividade, o trabalho ainda é muito penoso e há grande descumprimento da legislação. Mesmo com a melhoria no transporte dos trabalhadores do setor canavieiro, com a substituição de caminhões por ônibus, ainda há muita precariedade, pois muitos dos ônibus estão em péssimo estado de conservação, fato que pode ser visivelmente comprovado em visitas a algumas regiões exploradas pelo setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás.

Há também pouca atenção à saúde do trabalhador, em especial aos cuidados na aplicação de agrotóxicos, fator que ainda requer muita mobilização por parte dos sindicatos para melhorar a legislação, conforme verificado, recentemente, em estudo realizado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

Dentro de um contexto de sacrifício corporal, o setor da colheita de cana-de-açúcar apresenta problemas relacionados a fatores que afetam a segurança e a saúde dos

⁷De acordo com a visão de Homi Bhabha, (em *O Local da Cultura*) a definição de cultura estaria ligada “a produção desigual e incompleta de significações e valores, muitas vezes resultantes de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato de sobrevivência cultural” 1999, p.27.

trabalhadores, sejam: ambientais, fisiológicos e relacionados à organização. Além dos aspectos relacionados à saúde e condições de trabalho, o processo de produção da cana vem sendo objeto de estudos nos aspectos sociais decorrentes da migração, alojamentos precários, e outros que associam este processo a importantes impactos ambientais como degradação do solo, poluição do ar na queima da palha (Cançado *apud* LAAT e VILELA, 2007). Disponível em [http://www.efdeportes.com/Revista Digital – Buenos Aires – Ano 12 – N.111 – Agosto de 2007](http://www.efdeportes.com/RevistaDigital-BuenosAires-Ano12-N.111-Agosto2007).

Esta é uma realidade que tem levado os trabalhadores da cana à exaustão, que veem no ganho de produtividade uma melhor oportunidade de garantir condições mínimas de sobrevivência. Por isso, ações mais ofensivas no sentido de registrar, verificar tecnicamente e punir as situações de desrespeito às condições dignas de trabalho devem ser tomadas pelos órgãos competentes e entidades representativas dos trabalhadores.

4.2 ALTERAÇÕES NAS PROPRIEDADES RURAIS

A política de expansão das relações de produção capitalista na região do Centro-Oeste brasileiro tem seu início a partir dos anos de 1970 com a introdução da modernização conservadora da agricultura, conforme Muller (1989), que estabeleceu uma (re) organização nas relações trabalho/produção. Para esse autor, esse processo foi conservador porque não alterou a estrutura agrícola em prol de uma reforma agrária de base. Apenas manteve a cultura da centralização da terra e a prática da monocultura.

Essas novas técnicas incorporadas ao processo produtivo têm surgido com mais frequência nas últimas décadas. A introdução dessas novas técnicas, no espaço rural, com ênfase nas regiões do cerrado, tem apresentado alterações nas relações produtivas e social, impostas pelo arquétipo modernizante, fator observado ao estudar os efeitos da sua implantação no espaço rural de Itapaci – GO, da empresa agrícola da cana-de-açúcar.

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias socioculturais, em seus significados políticos. (IANNI *apud* MATOS & SALAZA, 2009, p. 05)

Os espaços/áreas do cerrado inseridos a essa agricultura moderna vêm passando por mudanças significativas em suas formas de organização produtiva, social e ambiental. No caso de Itapaci, o setor produtivo tem adotado novas culturas e métodos de produção

incorporados pela implantação das novas tecnologias da cadeia produtiva do álcool. Quanto às interferências nas relações sociais, o aspecto mais relevante tem sido a exclusão de muitos produtores rurais do processo produtivo; no setor ambiental os impactos vão desde a destruição da fauna e flora à redução nos recursos hídricos.

A implantação da Usina nessa região provocou a substituição/regressão/extinção de segmentos históricos da economia local, como é o caso da produção da pecuária leiteira, conforme tabela abaixo, a qual demonstra o desenvolvimento da produção de leite em Goiás entre os anos de 2001 a 2003. Segundo dados da tabela, a evolução da produção leiteira em Goiás de 2001 a 2003, apresenta uma taxa de crescimento negativo em algumas das microrregiões do Estado, como é o caso de Ceres, Goiânia, Vale do Rio dos Bois e Pires do Rio, com taxas de: -3.8%, -1.4%, -7.3% e -3.2% respectivamente.

Esses acontecimentos afetaram diretamente a economia local e contribuíram para a exclusão dos pequenos produtores rurais, favorecendo o processo de alteração de produtores de leite para arrendatários.

Tabela 11: Desenvolvimento da produção de leite no Estado de Goiás entre os anos de 2001 a 2003.

Microrregião	Produção – mil litros			Evolução 2001/2003
	2001	2002	2003	
Sudoeste	267.831	296.913	297.384	11.03%
Ceres	218.580	236.645	210.209	-3.83%
Quirinópolis	122.979	142.483	180.254	46.57%
Porangatu	154.648	176.654	179.973	16.38%
Anápolis	174.934	174.500	176.495	0.89%
Entorno de Brasília	147.391	160.813	164.815	11.82%
Goiânia	143.580	146.154	141.610	-1.37%
Catalão	118.959	133.834	131.256	10.34%
Vale do Rio dos Bois	131.832	132.688	122.218	-7,29%
Pires do Rio	103.701	97.936	100.394	-3,19%
Anicuns	94.732	97.606	98.655	4,14%
Rio Vermelho	87.048	94.353	97.490	12,00%
Aragarças	66.590	68.100	72.200	8,42%
São Miguel do Araguaia	44.216	69.351	70.812	60,15%
Iporá	66.168	67.718	68.103	2,92%
Vão do Paranã	37.571	38.294	38.641	2,85%
Chapada dos Veadeiros	11.921	13.595	12.891	8,14%

Fonte: IBGE, 2003

Esses novos agentes da produção do álcool dão uma nova caracterização em termos de valor às terras. Estas deixam de ser um simples recurso natural na produção tradicional para tornar-se mercadoria escassa no mercado de terras da região. O local da terra passa a ser locus da reprodução do agronegócio e sede da empresa do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar.

As relações de produção são inerentes da empresa capitalista, efetivada no lucro, na compra de trabalho, na exploração de mais-valia segundo os direitos e deveres contratuais de compra e venda de meios de produção e força de trabalho. Esse novo modelo de produção atinge a rotina de vida das pessoas, gerando impactos que vão da desintegração do modo de vida, formação de migrantes e transformações ambientais como a degradação do cerrado.

4.2.1 Migrações Campo-Cidade e a Degradação Ambiental no município de Itapaci

Nesse tópico serão abordados os impactos ambientais causados pela implementação da indústria sucroalcooleira nas terras ocupadas pelo plantio da cana-de-açúcar em Goiás, sendo que o recorte espacial delimitado é a microrregião de Ceres, em especial o espaço do município de Itapaci - GO. Foram realizadas visitas *in loco*, para aplicação de questionário, com a finalidade de levantar dados socioeconômicos, culturais e ambientais para subsidiar essa pesquisa.

A região dispõe de uma localização geográfica que oferece boas condições de logística, elemento fundamental à implantação de pólos industriais. Nesse caso específico trata-se da empresa agrícola da cana-de-açúcar. Solos férteis e recursos hídricos fazem do município de Itapaci, importante pólo de desenvolvimento desse setor no Estado de Goiás.

A região possui uma área cultivada de aproximadamente 24.000 hectares. Tradicionalmente essa área era utilizada para o plantio de milho, feijão, arroz e produção da pecuária leiteira. Com a instalação da Usina de Cana, segundo a opinião dos moradores locais, ela tornou-se elemento importante para o desenvolvimento da região, contribuindo de maneira significativa para o aumento de número de vendas no comércio local e aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) do município, pois uma grande parte dos pequenos e médios produtores da região alugou suas terras para a Usina, (Vale Verde) e a maior parte dessa renda é gasta no próprio município.

A implementação da empresa sucroalcooleira faz surgir elementos novos, como por exemplo as discussões em torno dos impactos ambientais que surgem com a nova atividade econômica. Ao analisar os impactos ambientais percebe-se que o desmatamento do cerrado, o comprometimento das nascentes e a alteração climática contribuem de maneira negativa em relação à preservação do meio ambiente.

A queima da palha da cana produz a emissão de poluentes, partículas que são lançadas na atmosfera, que em alguns casos, dificultam a respiração, aumentam o nível de poluição no ar e provocando uma desagradável sensação de sujeira, pois as partículas invadem a cidade, suja as casas, fato muito reclamado pelos moradores.

Doenças inerentes às mudanças do microclima fazem-se presentes com destaque às de ordem cardiovascular e do aparelho respiratório ocasionadas pelas queimadas da cana nos períodos de corte, e intoxicações ocasionadas por defensivos agrícolas. Os acidentes de trânsito também aumentaram, segundo os informantes.

Os que mais preocupam são aqueles ocasionados pelas grandes carretas transportadoras de cana, da lavoura para a Usina. Os transeuntes ainda não estão familiarizados com esse tipo de trânsito. Também essas carretas movimentam grandes quantidades de poeira com partículas da cana, ocasionando poluição do ar, com reflexo para a respiração e o bem-estar das pessoas e residências.

Segundo relato da moradora de Itapaci Sr^a. Hilda Guimarães Feitosa,

Tenho terra alugada para a Usina, 30 ha, no início não se percebia tanto, mas com o passar do tempo a área cultivada de cana no nosso município tem aumentado muito, são muitos dos conhecidos meus que também alugaram suas terras para a Usina, com isso na época da queima da cana para o corte a cidade fica toda "suja", as nossas casas não param limpas, é muito desconfortável, sem falar que ultimamente a Usina tem atrasado com o pagamento das parcelas, eu já estou com vergonha, pois estou devendo o supermercado e não tenho dinheiro para pagar – acrescenta a Sr^a Hilda.

Outro fator que nos chama a atenção diz respeito à degradação ambiental. O contrato feito entre o usineiro (contratante) e o pequeno proprietário (arrendatário – contratado) não menciona os cuidados devidos ao meio ambiente por parte do usineiro (contratante), estando esse comprometido apenas com o gradeamento da terra ao fim do contrato, que na região varia entre 5 a 8 anos de arrendamento.

Ao assinar o contrato, o pequeno agricultor está ciente dos termos do mesmo, sabendo que as benfeitorias de sua terra são retiradas, e o contrato não estabelece que o usineiro (contratante) deverá repor tais benfeitorias, mas não impede que o pequeno proprietário as retire do local. Mas caso isso não ocorra todas essas benfeitorias serão enterradas. Conforme relata o Sr. Silvestre Rodrigues de Oliveira: *“A Usina quando arrenda a terra do sujeito, não se responsabiliza com as benfeitorias da terra, então se não for interesse do dono da terra retirar tais benfeitorias – cercas, curral e até mesmo alvenarias – todas elas são enterradas”*

Em alguns casos o pequeno agricultor exigiu, no contrato de aluguel, que permanecessem as benfeitorias. No entanto, quando encerra o contrato ele é surpreendido com saques e depredações ocorridos em sua propriedade. Em algumas das propriedades visitadas, o pequeno agricultor cedeu toda a área permitida para o cultivo da cana, em parte seduzido pelo aumento no valor recebido pelo aluguel de sua terra.

Esse aspecto nos chama a atenção, colocando-nos a refletir sobre um dado novo até então não percebido. Ao arrendar a terra, a Usina (contratante) promove a medição de toda a área, retirando/selecionando toda a área a ser cultivada com a cana e, em tempo, fazendo a medição da área a ser preservada, conforme determinação dos órgãos competentes – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que normatiza os espaços de preservação.

O elemento novo ao qual nos referimos é que o descumprimento de tais normas de preservação está partindo do próprio pequeno agricultor, proprietário das terras que autoriza ao usineiro (contratante) o desmatamento ilegal e, dessa maneira, contribui ativamente para o processo de degradação ambiental – desmatamento das margens dos córregos, assoreamento e destruição de pequenas nascentes. É de domínio dos informantes que o usineiro arrenda a terra, coloca tratores potentes derrubando a mata e enterra-a em grandes valas construídas, para tal fim, no subsolo. Ocorre também o assoreamento mecanizado de nascentes e áreas pantanosas como forma de aumentar a área ocupada com plantio de cana-de-açúcar.

Os informantes residentes mais antigos no município (30 e 60 anos), em seu discurso sentem que o município e a cidade mudaram com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar e a operação da Usina no local. Sentem que as nascentes d'água estão secando, que já não existem mais caças como antigamente, não são mais plantados aqueles produtos de subsistência familiar (mandioca, feijão, hortaliças etc). Afirmam que, hoje, tudo é comprado no supermercado da cidade. Que antes vendiam esses produtos para outras regiões e agora esses mesmos produtos vêm de fora do município.

Medidas já estão sendo tomadas com o intuito de minimizar esses efeitos, como por exemplo, estabelecer que o contratante disponibilize 10% da área cultivada com cana para o cultivo de lavouras brancas (arroz, feijão, milho etc.), buscando minimizar os impactos à agricultura familiar.

Ao final do contrato de arrendamento, no caso de não ser renovado o contrato com o pequeno proprietário, esperava-se que ele possa voltar à sua terra com reserva de capital, para

que dessa forma, seja capaz de reestruturar a sua propriedade e voltar às origens de homem do campo. Esse desejo, para muitos, tornou-se um pesadelo, uma vez que o retorno se tornava quase impossível, pois ele não consegue mais reestruturar a sua propriedade, não só devido às profundas modificações que se tornam necessárias, como também pela falta de recursos financeiros, uma vez que o valor recebido pelo arrendamento foi gasto com as despesas para a sobrevivência da família na cidade.

Os recursos oriundos do aluguel da terra tornaram-se um meio mais fácil de realizar algumas das características do capitalismo, o consumo, como por exemplo, a aquisição de móveis, eletrodomésticos e até mesmo automóveis. O fato é que alguns camponeses tiveram que vender as suas terras, pois não tinham mais condições de manter as suas propriedades, pelo endividamento contraído.

Um resultado desolador: os não-competitivos (no caso as famílias de pequenos produtores rurais) que dedicaram toda uma vida para construir em seu próprio espaço rural, aquilo que era o grande sonho, nesta nova conjuntura são seduzidos pela lógica do lucro e da acumulação capitalista e pelo consumismo. Alugam ou vendem suas terras sem saber que, para a ampla maioria, é a construção de sua própria exclusão, como proprietário rural, detentor de seus próprios meios de produção mediados pela terra prometida, conforme José de Sousa Martins. Transformam-se em sem-terras, mão-de-obra sazonal, meeiros parceiros e ou mão-de-obra barata no mercado de força muscular humana.

Apesar do conhecimento público e de evidências de grandes efeitos colaterais negativos nessa região, existe um senso de aprovação pela população de tal projeto. O crescimento das atividades comerciais, da construção civil, do emprego e a renda conjuntamente à expansão da rede de serviços urbanos levam a população residente a um consenso de positividade e euforia. A Usina e seus negócios são a ordem do dia.

4.2.2 Transformações na Vida Familiar dos pequenos agricultores no Município de Itapaci

Itapaci é um município situado na Região do Vale do São Patrício, na microrregião de Ceres, com uma população estimada em 16.003 habitantes, segundo dados de IBGE 2007. O seu nome significa Pedra Bonita. Possui grandes rios em seu entorno (afluentes do Rio das Almas). São Patrício divisa entre os municípios de Nova Glória, Nova América, Ipiranga, Rubiataba, Guarinos e outros. Itapaci preserva em sua identidade o clima de uma cidade de interiorana, mas que vem sofrendo reflexos do avanço industrial, decorrente da instalação da empresa agrícola da cana-de-açúcar

É um município tipicamente de economia agrícola. No passado produzia produtos de subsistência: feijão, mandioca, arroz e derivados do leite e da pequena industrialização rural. Seu processo de ocupação socioespacial está ligado às incursões dos bandeirantes paulistas durante o Brasil Império, que, atraídos pela busca de ouro e metais preciosos como também mão-de-obra servil para o trabalho nas Minas Gerais, que margeando os rios, foram estendendo pontos de pouso e passagens dos quais surgem pontos de povoamentos.

Itapaci, sofreu em seu processo de urbanização, profundas transformações, com a construção de Goiânia, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG), assim como os movimentos migratórios oriundos de tal processo expansionista, a construção da rodovia Belém-Brasília e o advento da construção de Brasília

Sua população tem forte inserção de migrantes do Estado de Minas Gerais, paulistas e, recentemente, com a expansão da modernização agrícola, passa a receber migrantes do Sul, principalmente dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Atualmente, sua principal fonte de sustentação econômica está na produção de álcool-combustível, o qual vem induzindo mudanças significativas no modo de vida da população local. Por ter a Usina uma atividade econômica tipicamente capitalista, a transformação da terra para o plantio de cana-de-açúcar, com todo o seu aparato industrial, tecnológico e modernizador, provocou transformações rápidas e bruscas às quais a população quase sempre não consegue assimilar, ficam à margem dos empregos qualificados cedendo espaços ocupados pelo empreendedor/empresário e o trabalhador qualificado que vem de fora.

No caso do acesso à terra ao usineiro, implanta-se um sistema de arrendamento de terras no qual o proprietário transforma-se em arrendatário, muda-se para a cidade ou já residia nela

e passa a viver da renda da terra, ou seja, do aluguel que recebe pela cessão dos direitos e exploração de sua terra pelo usineiro contratante. Em grande parte, essas pessoas transformam-se em meras consumidoras e espectadoras do novo processo em curso.

O proprietário de terras nas condições de arrendatário, quando passa a residir na cidade, nesse novo espaço, embora não lhe seja desconhecido, acaba perdendo traços importantes da cultura rural ao integrar-se em um universo com costumes culturais diferentes: modos de vida, relação interfamiliar, vizinhos bem próximos, alimentação, vestuários etc. Após algum tempo de vida na cidade, a maioria dos entrevistados expressa um desejo de retornar à vida no campo, lembrando das reuniões com os vizinhos, das festas, da fartura de alimentos, da vida tranquila do campo. Conforme relata o Sr. Dimas José Tavares:

A minha vida mudou muito, vivo na cidade preocupado a Usina não está cumprindo com o contrato – o pagamento das parcelas – estou passando dificuldades. Tenho muitas despesas aqui na cidade e que estou enfrentando problemas para poder cumpri-las. Adoeci, estou gastando muito com remédios. Não consigo me adaptar com esse novo estilo de vida, as coisas por aqui são muito diferentes, as pessoas são muito agitadas, parece que não têm tempo para nada, nem mesmo para se cumprimentarem, não existe amizade. Lá na roça é diferente, a vida é mais tranqüila, as pessoas são mais amigas, gostaria de voltar. Sr. Dimas José Tavares.

Os usos e costumes da população também estão mudando. Essa região possui uma forte herança nos festejos locais em que se destacam os de ordem religiosa, ligados à Igreja Católica. A festa do Divino, é realizada sempre sete semanas após o domingo de páscoa, em Itapaci, mobiliza grandes quantitativos de famílias que se deslocam para esse evento. Atualmente essa festa perdeu parte da sua cerimônia simbólica, devido à influência de novos migrantes que se instalaram na cidade, bem como do aumento das Igrejas Neopentecostais.

Outro grande festejo no município é o de São Sebastião, comemorado no mês de janeiro. Essas atividades duram vários dias com ações ritualísticas religiosas, com manifestações do folclore local, como é o caso da apresentação de catireiros. É um dos eventos de maior mobilização e mística popular. Nessas festas os devotos realizavam também campanhas de casa em casa, levando donativo para a igreja, realizam a festa e também fazem promessas.

O mutirão é, talvez, a via mais eficaz de integração sociocultural da população residente, ao agregar os rituais da igreja com a mística da terra como dádiva divina e provedora da subsistência das famílias, o que permite a reprodução simples do modo de vida do trabalhador rural no espaço urbano. Afirmam os informantes mais antigos, que os mutirões

duravam até semanas, quando os moradores (às vezes mais de 100 pessoas) se deslocavam para a propriedade de uma família da comunidade que mais necessitava de força de trabalho e ferramentas, no preparo da terra, plantio e colheita. Era de obrigação, de quem recebia tal graça, prover todo o sustento e acomodações para os visitantes. Dessa forma, durante o dia, eram realizados os trabalhos na terra e à noite ocorriam as festas, a roda de causos, repentes, viola e danças.

Hoje o mutirão não existe mais, os vizinhos pouco se encontram, a maioria das residências tem TV com antena parabólica e as festas são centralizadas na cidade, onde são coletados individual e formalmente os donativos para a igreja. As relações passam a ter conotações mercantilistas, os assuntos são cada vez mais ligados à Usina. Centenas de trabalhadores (cortadores de cana-de-açúcar) chegam sazonalmente à cidade, arrendam casas, gastam na cidade e passam a conviver com os residentes, com a conseqüente introdução de novos usos, costumes e problemas como a prostituição e violência ocasionadas principalmente por bebida alcoólica.

Uma vez na cidade e agora passando a viver da renda da terra, esse pequeno proprietário passa a sofrer o assédio do consumo, sendo disputado pelo comércio local. Muitas coisas mudam em seus hábitos/modos de vida, a renda da família passa a ser exclusivamente o arrendamento de suas terras para a Usina.

Esse fato acaba por gerar uma grande relação de dependência econômica que sofre quando ocorrem atrasos nos pagamentos das parcelas do arrendamento por parte da Usina, conforme depoimentos adquiridos no desenvolver da pesquisa de campo, gerando uma situação de insatisfação/descontentamento. Esse fato se agrava, pois as famílias ora observadas de pai, mãe e filhos, esses ainda pequenos, não disponibilizam de outras rendas; os filhos ainda não contribuem para a renda familiar e a esposa dedica-se às atividades do lar.

Quando ocorrem atrasos no pagamento das parcelas do arrendamento ocorre um impacto direto na vida da família e no comércio local, pois o fato desse pequeno proprietário rural estar morando na cidade faz dele, na concepção do capital, um “pequeno burguês”, e dessa forma, em alguns casos, consumindo além de sua necessidade. Esse aspecto comprova a dependência econômica do pequeno proprietário em relação a Usina, pois conforme já mencionado, o arrendamento é a única fonte de sobrevivência da família de pequenos proprietários rurais.

A rotina da vida na cidade faz surgir hábitos novos, diferentes dos habituais, como por exemplo o acordar de manhã na cidade perde o propósito, pois nesse novo espaço não existe mais a vaca para ordenhar e as galinhas para tratar.

Desse modo, observa-se que a vida na cidade altera totalmente a cultura campesina. A cidade impõe um novo estilo de vida, que é observado no modo de vestir, de comer e nos momentos de lazer que, embora restritos, concentram-se em encontros na praça, ambiente desses novos habitantes da cidade. São as novas marcas do tempo.

Os pequenos arrendatários, agora, fora de seu ambiente, tendem a aplicar todos os recursos provenientes do arrendamento na manutenção das despesas familiares e estrutura física de suas residências. Não apresentam a preocupação em manter uma reserva econômica, até por que suas despesas domésticas não lhes permitem poupar e acumular, configurando dessa forma a exclusão e ou distanciamento do homem do campo do seu meio rural. Como consequência, observa-se a venda de algumas propriedades, obrigando o pequeno proprietário e sua família a buscar um novo começo, grande parte em outra cidade e até mesmo em outro estado da federação.

Tais impactos são reflexos, em toda uma vida, da submissão do homem pelo capital – da quase necessidade humana de ser extremamente consumista como se esse fosse o único padrão de valor da sociedade moderna.

CONCLUSÃO

O município de Itapaci, inserido na microrregião de Ceres, constitui na atualidade, uma região polo de atração do capital sob a lógica do Complexo Agroindustrial. De forte tradição histórica nas cadeias produtivas da soja, carnes e leite nas décadas de oitenta e noventa do século passado, apresenta, no momento, diferenciais competitivos que a tornam atrativa para a introdução de um novo produto extremamente estratégico na política de integração econômica: a cana-de-açúcar para a produção de combustíveis e assim fazer frente a questão da escassez de petróleo e contribuir com o equilíbrio da balança comercial.

Esta pesquisa demonstrou que a cidade de Itapaci apresenta uma categoria de produtores rurais proprietários de terras que se inseriram pacificamente na lógica do usineiro, seduzidos pela possibilidade da vida fácil custeada pelos dividendos financeiros oriundos do arrendamento de suas terras. Percebe-se que por parte das lideranças municipais: sindicatos, e poder público a ausência de uma visão crítica desse processo, no sentido dele representar a exploração de uma atividade econômica que, em longo prazo, vai provocar a degradação ambiental e a escassez de alimentos, prejudicando principalmente as famílias mais pobres. Nesse sentido não se vislumbra outra via para a produção de álcool no município, a não ser a que está sendo ditada pelo usineiro.

No que tange ao pequeno proprietário, a pesquisa também não evidenciou processos de organização: sindicatos, cooperativas, agentes financeiros capazes de orientar esta categoria de produtores rurais. Permanece a mística da cultura de subsistência simples, voltada para o consumo imediato das famílias, e a deriva à da lógica dos mercados local e regional.

Inserções de grande monta de capital e extremamente modernizadoras, como é o caso do complexo da indústria sucroalcooleira, seduzem e transformam pequenos produtores rurais em pequenos arrendatários, sem-terras, bóias-frias, diaristas etc. Meros transumantes a procura de trabalho.

Na formação cultural dessa região estão os traços das tropiadas, do carro-de-boi, do mutirão, da quermesse e das romarias. Itapaci constituiu-se, ao longo do tempo, por indução externa. É o reflexo primeiro do ciclo do ouro das Gerais e posteriormente de tentativas de ocupação do território nacional defendida pelo projeto governamental de Vargas, e atualmente

sofre os reflexos da expansão da economia sucroalcooleira. Todo esse processo deixou marcas na identidade de seu povo, com suas manifestações culturais próprias.

Chegada da agroindústria do álcool, nessa região, reflete uma opção econômica do grande capital agroindustrial, consorciado com o sistema financeiro nacional e internacional, sob a miopia e falta de política pública do Governo brasileiro para essa região. Dessa forma a microrregião de Ceres, onde se insere Itapaci, é uma área aberta à expansão do capital e é uma ótima opção à desconcentração da indústria sucroalcooleira do sudeste e nordeste brasileiro. É também uma excelente fonte de renda absoluta da terra por seus solos férteis, água em abundância, mão-de-obra barata e elasticidade nos controles ambientais. Acrescidos da ausência de lideranças locais capazes de elaborar um discurso revisor no sentido de prever e equacionar os prováveis efeitos negativos ao homem e ao meio ambiente, decorrentes dessa atividade econômica.

A paisagem como um todo se confunde nos espaços urbano e rural na unicidade da cana-de-açúcar. Esta passou a ser, para os residentes, a única alternativa de sobrevivência e viabilidade econômica do município. Durante os períodos de vivência em lócus, para a realização das entrevistas, a linguagem corrente apontou para a tolerância e resignação frente aos problemas decorrentes da nova atividade econômica: acidentes, doenças, poluição, queimadas, desequilíbrio hídrico, extermínio da fauna e da flora, violência e elevação nos preços dos produtos alimentares.

O que a população destacou foi o crescimento da cidade, do emprego, do consumo (em muitos casos supérfluos). A vida noturna já se transformou: festas que antes terminava às 22 horas agora se torna o começo da vida noturna. No entanto, o povo sem o devido esclarecimento dos efeitos negativos dessa atividade econômica, aposta que ela veio redimir a pobreza da região e acreditam no desenvolvimento econômico para o município. Apostam talvez que o ciclo do álcool combustível reine absoluto através do tempo, apesar de já se vislumbrarem outras fontes de energia compatíveis e competitivas em relação ao álcool.

Tais manifestações refletidas nas paisagens urbana e rural do município de Itapaci são testemunhos da própria natureza das relações capitalistas de produção que, ao buscar ampliar esse processo de acumulação, vai deixando nos espaços as pegadas da inclusão/exclusão com a seleção da maioria para setores periféricos, à margem do próprio processo inovador. O pequeno produtor rural brasileiro, caracterizado pela produção de subsistência de caráter pré-capitalista, historicamente, tem apresentado grandes dificuldades em integrar-se efetivamente

em explorações capitalistas como é o caso em curso da penetração da produção de álcool combustível no município de Itapaci.

As relações familiares da zona rural, caracterizadas pelo profundo respeito ao pai e a mãe começam a se subverter diante das influências da cultura urbana. O próprio sentido do trabalho se modifica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEMÃO, Alfredo Braz da Costa. A expansão das áreas exploradas pela agricultura na relação entre agricultor e meio ambiente. *Revista Espaço da Sophia* - nº 14 – maio/2008 – mensal – ano II. Disponível em <http://www.espacodasophia.com.br>. Acessado em 11/07/08.
- ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Disponível em <http://www.anfavea.com.br>. Acessado em 11/07/08.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: ed. Vieira, 2004.
- AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martiniano & DELGADO, Célio Cristiano. *Mineração, Meio Ambiente e Mobilidade Populacional – um levantamento nos estados do Centro – Oeste expandido*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais>. Acessado em 15/07/08.
- BENVINDO, F. M., *Acumulação capitalista e Urbanização em Goiás*. Diss, de Mestrado, UNB, Brasília, 1984.
- BHABHA, Homi, *O local da cultura*. MG: UFMG, 1999.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Goiás, forma de ocupação*: “... uma população sem terra, numa terra despovoada...” Sociedade de Cultura. Goiânia, v.I, nº 1, p. 71-80 jan/jun 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Campos 11ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997.
- CARNOY, Martin. *Educação e Estado: base e superestrutura, relações e mediações*. São Paulo. Cortez, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é o capitalismo*. (colaboração de Adilson Marques Gennari). 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. Coleção Primeiros Passos.
- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org). *Relações cidade-campo: fronteira*. Goiânia: UFG, 2000.
- _____. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. UCG, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Disfel, 1988.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia agrícola nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. Goiânia. 1974. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas Letras, UFG.

DIEESE – Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Disponível em <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 15/07/2008.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2. ed. Goiânia: UCG, 2004.

FATHEUER, Thomas; ARROYO, João Claudio e MACHADO, José Alberto da Costa. *Simpósio Internacional Amazônia: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável*. Contact. Belém – PA. 1997.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto sócia*. Tradução de Luiz Roncari. Bauru – SP: Edusc, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOIÁS – Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. (SEFAZ) *Cadastro para a instalação de usinas sucroalcooleiras no Estado de Goiás*. Disponível em <http://www.sefaz.go.gov.br>. Acessado em 12/07/08.

GOIAS–Secretaria de Planejamento de Estado de Goiás. (SEPLAN) Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br>. Acessado em 12/07/08.

GONÇALVES, Alfredo José. *Migrações Internas: evoluções e desafios*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext. Agosto de 2001. Acessado em 17/02/09.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 8ª ed. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira. 1989.

GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louros. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HELENE, M. Elisa Marcondes e MARCONDES, Beatriz.. *Evolução de biodiversidade: O que nós temos com isso?* coleção ponto de apoio. São Paulo: ed. Scipione, 1996.

LAAT, Erivelton Fontana de e VILELA, Rodolfo Andrade e Gouveia. *Desgastes fisiológicos dos cortadores de cana-de-açúcar e a distribuição da ergonomia na saúde do trabalhador*. Disponível em [http://www.efdeportes.com /Revista Digital – Buenos Aires – Ano 12 – N.111](http://www.efdeportes.com/Revista%20Digital%20-%20Buenos%20Aires%20-%20Ano%2012%20-%20N.111) – Agosto de 2007. Acessado em 10/07/08.

MELO, Patrícia Francisca de, & SALAZA, Vera Lúcia. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo. 2009 p.1-18. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br> Acesso em 25/06/2009.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MULLER, G. *Cem Anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo*. São Paulo. IEA, 1989.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: UFG. 2000.

_____, *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1984.

PÁDUA, Andréia Aparecida da Silva de. *Migração, Expansão Demográfica e Desenvolvimento Econômico em Goiás*. Dissertação de Mestrado – UCG. Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. 2008.

PALACIN, Luis. *Histórias de Goiás em Documentos: I. Colônia/Luis Palacin, Leonidas Franco Garcia, Janaina Amado*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PIRES, Murilo Jose de Souza. *As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul de Goiás*. Tese de doutorado- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP 2008.

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL. 2001 a 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

REVISTA VALOR ECONÔMICO. *Etanol de cana-de-açúcar: energia para o mundo*. Maio 2008.

SANTANA, Eloisa Pio. *Extensão rural no Estado de Goiás: acesso da produção familiar à modernidade (1975 – 1999)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais. UFG, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e Marilda Aparecida Menezes. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Disponível em <http://www.nead.org.br>. Acessado em 10/07/08.

SCHLESINGER, Sergio. *O grão que cresceu demais – a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

SILVA, Sandro Dutra e. *Um outro olhar sobre o lugar: a Cang no tempo da fronteira.*(2002) Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/703/70350105.pdf>. Acesso em: 06/01/09.

TRENNEPOHL, D. *Proposição de Estratégias de Desenvolvimento Ligadas ao Agronegócio.* Ed. Unijui, RS 2007.

ÚNICA – *União da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo.* Disponível em <http://www.unica.com.br>. Acessado em 12/07/08.

Usinas agravam problemas ambientais. Disponível em <http://bbcnews.com.br>. Acessado em 15/07/08.

VELHO Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* 2 ed. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOORTMANN, Klaas. *Migração, família e campesinato.* Ano 1990. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol7_n1_1990/vol7_n1_1990_2artigo_35_53.pdf. Acessado em 22/02/2009.

Questionário aplicado aos moradores da cidade de Itapaci/GO no ano de 2008 e 2009

Agnaldo Mendes – agricultor e morador da cidade de Itapaci.

Aguialdo do Vale – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Altair Albino – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Dimas José Tavares – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Divino Silvério de Paulo – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Hilda Guimarães Feitosa – agricultora e moradora da cidade de Itapaci

João do Mundin – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Maria Bitar Franco – agricultora e moradora da cidade de Itapaci

Maria Golveia – agricultora e moradora da cidade de Itapaci

Milton Araújo Barbosa – morador da cidade e trabalhador da construção civil.

Neto Barbosa – morador da cidade e cortador de cana

Nilva Neves de Almeida – agricultora e moradora da cidade de Itapaci

Oswaldo Alves Terra – agricultor e morador da cidade de Itapaci

Silvestre Rodrigues de Oliveira – agricultor, presidente do Sindicato Rural e morador da cidade de Itapaci

Valdete Alves Golveia – agricultora e moradora da cidade de Itapaci

ANEXOS

ANEXO A- Questionário



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

MESTRADO EM HISTÓRIA.

ACADÊMICO: VALTERLAN TEIXEIRA ARAÚJO.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a HELIANE PRUDENTE NUNES.

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO: Composição Familiar e suas Características Sócio-Econômicas

Caro (a) Senhor (a), atualmente muito se discute sobre as relações sociais de produção do Agro-negócio brasileiro, no caso da Cadeia Produtiva dos Bio-combustíveis, sobretudo àqueles que venham impactar famílias de produtores Camponeses ou da Produção Familiar. As perguntas a seguir pretendem captar dados socioeconômicos junto aos Produtores Familiares da Micro-região Ceres Estado de Goiás, que cederam suas terras na forma de arrendamento, parceria ou venda para o cultivo de Cana-de-açúcar. Suas informações são de fundamental relevância, pois além de contribuir para o melhor entendimento dessa temática, também servira de pré-requisito na estruturação de Dissertação de Mestrado sob Título: **A CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DA CANA DE AÇÚCAR EM ITAPACI/GO: impactos sócioeconômicos e culturais na família dos pequenos proprietários rurais.**

Nº Questionário: _____

Data do preenchimento do questionário ____/____/____

Horário: ____:____ Município: _____ GO.

1. Informante:

a. () Chefe da família b. () Cônjuge c. () Outro membro da família: _____

2. Qual é o sexo do informante?

a. () Masculino b. () Feminino

3. Qual é a idade do informante? _____

4. Qual a naturalidade do informante? _____

5. Qual o nível de instrução do informante?

- a. () Alfabetização de adultos
- b. () Ensino fundamental (1º grau) incompleto
- c. () Ensino fundamental (1º grau) completo
- d. () Ensino médio (2º grau) incompleto
- e. () Ensino médio (2º grau) completo
- f. () Técnico agrícola
- g. () Nível superior

h. () Nunca frequentou escola

6. Em que ano o senhor chegou nesta região? _____
7. Qual era a atividade principal para o sustento da família? _____
8. Qual è a área da terra que o senhor trabalhava (ha)? _____
9. Em que ano o senhor chegou nesta cidade? _____
10. Que motivo o incentivou para vir morar nesta cidade?

- a. () Morar na cidade é melhor
- b. () Estudo para os filho
- c. () Na terra não estava tirando o sustento da família
- d. () Arrendamento para Usina de álcool
- e. () Venda para a Usina de álcool
- f. () Parceria com Usina de álcool
- g. () Venda para pagar o banco
- h. () Venda para pagar dividas
- i. () Outro citar.....

11. Qual condição de trabalho exercida antes de vir para a cidade?

- a. () diarista
- b. () Caseiro, vaqueiro ou trabalhador permanente em fazendas e sítios
- c. () Arrendatário
- d. () Parceiro/meeiro
- e. () Proprietário
- f. () Tratorista
- g. () O citar.....

12. Qual o último local de moradia antes de vir para essa cidade?

- a. () Na área rural deste município
- b. () Na sede do município
- c. () Na área urbana de cidades próximas
- d. () No meio rural de cidades próximas
- e. () No meio rural de outro Estado
- f. () No meio urbano de outro Estado
- g. () No meio urbano de outras regiões. Citar.....
- h. () No meio rural de outras regiões. Citar
- i. () Na propriedade de origem.

13. O senhor tem água encanada em sua residência? a. () Sim b.() Não

14. Qual a fonte de água utilizada para consumo doméstico?

- a. () Açude
- b. () Rio
- c. () Riacho/córrego
- d. () Poço Artesiano
- e. () Cisterna
- f. () Água encanada

15. Qual é o tipo de energia utilizada na residência?

- a. () Elétrica
- b. () Querosene/óleo
- c. () Gerador Coletivo
- d. () Gerador Individual
- e. () Lâmpada a gás
- f. () Outros:.....

16. Quais os eletros domésticos e demais mobiliários que possui na sua casa?

- a. () Tv colorida
- b. () Rádio
- c. () Fogão a Gás.
- d. () Microondas.
- e. () DVD.
- f. () Outros citar

17. Qual o tipo de material de construção da casa em que mora atualmente?

- a. () Alvenaria
- b. () Taipa
- c. () Palha
- d. () Lona
- e. () Outro (.....)

18. Como o senhor adquiriu as suas terras?

- a. () INCRA (Titulação via reforma agrária)
- b. () Compra via Crédito Fundiário (Banco da Terra, Cédula da Terra)
- c. () Comprou de assentado
- d. () Trabalhava no local desapropriado
- e. () Herança
- f. () Usucapião
- g. () Outros citar:.....

19. A sua terra está regularizada? a. () Sim b. () Não

20. O senhor trabalha atualmente?

- a. () Agricultor Familiar diarista
- b. () Assalariado Urbano com carteira assinada
- c. () Assalariado Rural com carteira assinada
- d. () Assalariado Rural sem carteira assinada
- e. () Assalariado Urbano sem carteira assinada
- f. () Artesã
- g. () Aposentado
- h. () Outros:.....

21. Quais os documentos o senhor possui?

Documento	Sim	Não
Carteira de identidade		
Certidão de casamento		
CPF		

Título de eleitor		
Carteira de Motorista		

22. Número de pessoas que moram com a família.

Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Trabalha	
				Sim	Não

23. Qual a renda das pessoas que residem e trabalham na família?

Parentesco	Sexo	Idade	Renda em S.M.	Atividade
Total em S.M.				

24. Qual a contribuição dos componentes da família para o sustento da casa?

Componentes	Valor da contribuição

25. Quais os tipos de meios de transporte que possui? Tipo de aquisição? Quando adquiriu?

Máquinas /implementos	Quant.	1. Individual 2. coletivo		1. Financiado 2. Não-Financiado		1. Antes de vir para a cidade 2. Depois de vir para a cidade	
		Carro de passeio					
Caminhoneta							
Caminhão							
Motocicleta							
Carroça							

Trator					
Bicicleta					

() Outro

26. Quais as culturas temporárias o senhor cultivava (arroz, feijão, milho, mandioca, banana, abacaxi, batata-doce, etc)?

Produto	Área cultivada	Área colhida	Volume Produzido	Para quem vendia	Como era realizada a venda

27. Quais as culturas permanentes o senhor cultivava?

Produto	Área cultivada	Área colhida	Volume Produzido	Para quem vendia	Como era realizada a venda

28. Que animais o senhor criava?

Animais	Nº Cabeças	Volume Produzido	Para quem vendia	Como era realizada a venda

29. Forma de cedência da terra.

Arrendamento	
Venda	
Parceria	
Outro – citar :	

30. Contrato com a Usina

Tempo do contrato	Área contratada em (ha)	Valor	Forma de pagamento		
			Mensal	Semestral	Anual

31. Quais os deveres do contratante

Itens	Sim	Não
Retirar as benfeitorias sem ônus para o cedente.		
Retirar as benfeitorias com ônus para o cedente.		
Correção do solo antes de devolver a terra.		
Repor as benfeitorias de origem		

32. Nível de satisfação do contratado

- Insatisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Plenamente satisfeito

33. Destino da renda proveniente do aluguel da terra

- Compra de terreno
- Compra de casa
- Sustento da família
- Outro. Citar _____

34. As relações familiares sofreram interferências com a mudança para a cidade? Quais?

35. O Senhor acredita que a mudança para a cidade fez desaparecer alguns dos costumes culturais característicos do homem do campo? Quais?

36. Após o arrendamento o Sr (a) tem informações sobre as condições de uso da terra por parte do usineiro?

37. Sobre as nascentes. Elas são preservadas

ANEXO B – Fotos



Usina Vale Verde. Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Usina Vale Verde. Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Pátio da Usina Vale Verde
Fonte: Próprio autor



Área cultivada de cana-de-açúcar na cidade de Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Área cultivada de cana-de-açúcar na cidade de Itapaci-GO (colhida)
Fonte: Próprio autor



Cortador de cana. Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Corte da cana. Cidade de Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Comércio local. Cidade de Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Comércio local. Cidade de Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



Expansão urbana na cidade de Itapaci
Fonte: Próprio autor



Expansão urbana
Fonte: Próprio Autor



Expansão urbana
Fonte: Próprio Autor



Propriedade rural na cidade de Itapaci-GO
Fonte: Próprio autor



A cidade ao fundo – o meio rural se confunde com o urbano.
Fonte: Próprio Autor

ANEXO C – Modelo de Contrato

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

São partes no presente instrumento:

- **DIVINO PORFIRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n.º 503.836, SSP-GO, inscrito no CPF (MF) sob o n.º 137.301.931-04 e sua esposa **JORGETE RIBEIRO CARDOSO DA SILVA**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade RG n.º 1.320.575, SSP-GO, inscrita no CPF (MF) sob o n.º 268.203.151-04, **JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n.º 830.844, SSP-GO, inscrito no CPF (MF) sob o n.º 215.505.731-87 e sua esposa **VILMA DA RESSURREIÇÃO LISBOA DA SILVA**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade RG n.º 2.309.675, SSP-GO, inscrita no CPF (MF) sob o n.º 414.718.811-72 e **DONIZETE PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n.º 1.311.175, SSP-GO, inscrito no CPF (MF) sob o n.º 270.104.901-63 e sua esposa **SOLANGE DE OLIVEIRA ANDRADE SILVA**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade RG n.º 1.812.540, SSP-GO, inscrita no CPF (MF) sob o n.º 439.989.331-15, todos residentes e domiciliados na Fazenda Córrego Mestre e Boa Esperança, no município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás, Fones 9964-1337, 337-6486 e 337-6504, doravante denominados simplesmente **PARCEIROS OUTORGANTES**; e

- **LUISMAR MELO**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG n.º 559.268-SSP/PE, inscrito no CPF(MF) sob n.º 005.256.854-72 e **PAULO FERNANDO CAVALCANTI DE MORAES**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG n.º 533.886-SSP/PE, inscrito no CPF(MF) sob n.º 015.228.334-04, ambos domiciliados na propriedade denominada "Fazenda Japungu" no município de Santa Rita, Estado da Paraíba, doravante denominados simplesmente **PARCEIROS OUTORGADOS**.

As partes acima qualificadas, doravante designadas somente **PARCEIROS OUTORGANTES** e **PARCEIROS OUTORGADOS**, ajustam entre si o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA**, o qual será regido em conformidade com o disposto no art. 36 da Lei n.º 4.504, regulamentada pelo Decreto federal n.º 59.566, de 14/11/1966, e com as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

I – DO OBJETO

Os Parceiros Outorgantes declaram-se proprietários, senhores e legítimos possuidores de uma gleba de terras de **605.12 ha**, no imóvel denominado **Fazenda Córrego Mestre e Boa Esperança, Cachoeira e outros**, localizado no município de Carmo do Rio Verde-GO, devidamente registrado sob os números, T.7.655, R-2/117, R-2/1.834, R-4/899, T.7.669, R-2/583-R-2/675, T.7.878, M.242, R-2/2.516-(T.7.657), R-2/2.332, R-2/117, R-6/899, R-2/156, T.7.656, R-4/2.883, R-2/3.912, R-5-899, R-7/654, R-7/668, todos no Cartório de Registro de Imóveis de Carmo do Rio Verde-GO, e desta área destaca a área contratada de **441.16 hectares** de área líquida estimada, a ser apurada após medição, para o plantio do produto agrícola denominado cana-de-açúcar, área esta que os Parceiros Outorgantes darão posse, uso e gozo aos Parceiros Outorgados a partir do primeiro semestre do ano de 2002.

II – PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente instrumento inicia-se na data de assinatura do presente instrumento, e tem o seu termo final fixado para o término do ciclo da cultura implantada, podendo ser prorrogado mediante novo entendimento entre as partes.

Os Parceiros Outorgados comprometem-se a iniciar o plantio de cana-de-açúcar na área cedida no primeiro semestre do ano de 2002, de sorte a propiciar produção relativa à safra 2003/2004, bem como, em cada uma das safras seguintes, dentro do prazo de vigência do presente instrumento.

III – DA PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS

As épocas da colheita serão definidas pelos Parceiros Outorgados, sendo que as colheitas se darão com o amadurecimento dos frutos, ficando definida a participação cabente a cada um dos contratantes, da seguinte forma:

- a) da produção anual obtida no imóvel cedido em parceria, os Parceiros Outorgantes receberão 10% (dez por cento) da produção obtida, arcando com o custo dos carreadores, e dos tributos incidentes sobre a produção, tais como: o ICMS, FUNRURAL, e as contribuições ao PIS e COFINS, tudo proporcionalmente às suas participações; e
- b) aos Parceiros Outorgados caberá o saldo restante da produção obtida no imóvel ora cedido em parceria, descontada a produção cabente aos Parceiros Outorgantes, fixada na alínea "a", sendo certo que os Parceiros Outorgados arcarão com as demais despesas incidentes, na forma prevista nas cláusulas seguintes.

Quando da entrega da cana-de-açúcar na unidade industrial, determinada no presente instrumento, a cana-de-açúcar entregue será faturada em nome da

parte a quem competir, ou seja, a produção cabente aos Parceiros Outorgantes, consoante previsto na alínea "a", será registrada em seus nomes, e assim sucessivamente.

IV – DO LOCAL DE ENTREGA DA CANA-DE-AÇÚCAR

A cana-de-açúcar a ser produzida em decorrência da presente parceria será entregue, preferencialmente, em unidade produtora sediada no município de Carmo do Rio Verde, ou a quem, a seu exclusivo critério, os Parceiros Outorgados indicarem.

V – DO PAGAMENTO

Qualquer que seja o estabelecimento indicado pelos Parceiros Outorgados para entrega da produção cabente aos Parceiros Outorgantes, os Parceiros Outorgados garantem aos Parceiros Outorgantes que:

- a) o preço da tonelada de cana-de-açúcar será estabelecido em conformidade com as normas do SIFAEAG – Sindicato da Indústria de fabricação de álcool do Estado de Goiás, o outro órgão que legitimamente venha a sucedê-lo;
- b) o pagamento será feito mediante Termo de Acerto de Contas e Quitação Geral a ser firmado entre os Parceiros Outorgantes e a unidade produtora, e ocorrerá quinze dias após o encerramento da quinzena em que se efetivar o corte, sendo certo que o fechamento da quinzena ocorrerá nos dias 15 (quinze) e no último dia de cada mês.

VI – DAS DESPESAS

Serão suportadas pelos Parceiros Outorgados, todas as despesas necessárias e indispensáveis ao plantio e colheita da lavoura de cana-de-açúcar, ficando, ainda, por conta destes a conservação do solo, caminhos, estradas aguadas, tratos culturais, combate às pragas e demais obrigações inerentes à boa conservação do solo e ao cultivo da lavoura da cana-de-açúcar, assim como, e principalmente toda e qualquer responsabilidade trabalhista e/ou previdenciária na condição de empregadores únicos e exclusivos para todos e quaisquer fins legais, enquanto durar o presente instrumento.

VII – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS OUTORGANTES

Os direitos e obrigações dos Parceiros Outorgantes, de acordo com o presente instrumento, são os seguintes:

- a) garantir a posse e uso pacífico das terras cedidas em parceria, contra quaisquer perturbações;

- b) pagar impostos ou taxas que incidam ou venham incidir sobre as terras objeto da Parceira;
- c) fornecer e emitir os documentos necessários e indispensáveis ao andamento da parceria, quando solicitado pelos Parceiros Outorgados;
- d) receber sua parte na presente parceira, na forma e no montante estabelecido na cláusula III;
- e) respeitar o direito de posse dos Parceiros Outorgados, dentro do prazo de vigência do presente instrumento;
- f) responder pelos encargos trabalhistas e/ou previdenciários relacionados aos eventuais contratos de trabalho firmados até a data de início do presente instrumento, cujos prestadores de serviços deverão ser retirados imediatamente da área cedida em parceira, correndo às suas expensas os custos eventualmente incidentes.

VIII – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS OUTORGADOS

Os direitos e obrigações dos Parceiros Outorgados, de acordo com o presente instrumento, são os seguintes:

- a) plantar e renovar, se for o caso, a lavoura da cana-de-açúcar, seguindo normas e especificações técnicas, usos e costumes desta cultura e, ainda, seguindo orientação dos órgãos técnicos do setor canavieiro, formalmente constituídos;
- b) orientar, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos culturais, tais como: plantio, adubação, carpa, colheita e transporte de cana-de-açúcar;
- c) receber sua parte na presente parceira, na forma e no montante estabelecido na cláusula III;
- d) usar passagem de trânsito e abrir caminhos dentro da gleba ora cedida em parceria agrícola para livremente transitar com máquinas, veículos, semoventes, empregados, prepostos e outros, podendo, assim, explorar a propriedade como também outras que a qualquer título esteja ou venha a ser por eles, explorada, não se constituindo, sob qualquer hipótese, direito de servidão de passagem após o término dessa parceira agrícola;
- e) ceder, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, ficando, entretanto, solidários no cumprimento das obrigações faltantes;
- f) devolver as terras cedidas, no término do presente instrumento, nas condições fixadas na cláusula seguinte.

IX – DA DEVOLUÇÃO DAS TERRAS

Findo o prazo de vigência do presente instrumento, os Parceiros Outorgados obrigam-se a devolver as terras aos Parceiros Outorgantes, devidamente gradeadas, ficando-lhes facultado a remoção das benfeitorias eventualmente agregadas.

X – DO PENHOR AGRÍCOLA

Os Parceiros Outorgados ficam expressamente autorizados a celebrar contrato de financiamento e penhor de plantação de cana-de-açúcar, com qualquer estabelecimento de crédito ou agência bancária, respeitada a parte da produção cabente aos Parceiros Outorgantes.

Os Parceiros Outorgantes obrigam-se a assinar, na qualidade de anuentes, os documentos que forem necessários para que os Parceiros Outorgados formalizem as aludidas operações de crédito, desde que a assinatura não implique em obrigações solidárias de pagamento, aval e fiança.

XI – DO ADIANTAMENTO E COMPRA ANTECIPADA DA SAFRA

Tendo em vista que os Parceiros Outorgantes têm o recebimento de sua primeira renda programado para o término da safra 2003/2004, os Parceiros Outorgados, neste ato, adiantam o valor de **R\$ 210.668,00** (duzentos e dez mil e seiscentos e sessenta e oito reais), referente a **8.777.834** toneladas de cana-de-açúcar, o valor de **R\$ 180.668,00** (cento e oitenta mil e seiscentos e sessenta e oito reais), mediante crédito na conta corrente n.º **10.035-8**, mantida na agência **3005-8**, do Bando do Brasil S/A da cidade de Anápolis-GO, o valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) será pago mediante crédito na conta corrente n.º **5076-8**, mantida na agência **1752-3**, do Bando do Brasil S/A da cidade de Carmo do Rio Verde-GO, sendo que o valor de **R\$ 120.312,00** (cento e vinte mil e trezentos e doze reais) referente a **5.013** toneladas de cana-de-açúcar, do que os Parceiros Outorgantes dão quitação em caráter pró-solvendo, a título de compra antecipada da produção cabente aos Parceiros Outorgantes, relativo à última safra (corte) do ciclo da cultura implantada e o valor de **R\$ 90.356,00** (noventa mil e trezentos e cinqüenta e seis reais), referente a **3.764.836** toneladas de cana-de-açúcar, será dividido em **04 (quatro)** parcelas iguais de **941.209** toneladas de cana-de-açúcar, as quais serão descontadas na **1.ª** (primeira), **2.ª** (segunda), **3.ª** (terceira) e **4.ª** (quarta) safras (cortes) do ciclo da cultura implantada, estimando-se, para tal fim, a área plantada de **441.16 hectares**.

Efetivado o plantio, apurando-se diferença entre a área efetivamente plantada e área acima estimada, o valor da compra antecipada será ajustado da seguinte forma:

- a) caso a área efetivamente plantada resulte superior à estimativa acima estipulada, a diferença será paga imediatamente pelos Parceiros Outorgados;
- b) caso a área efetivamente plantada resulte inferior à estimativa acima estipulada, a diferença em favor dos Parceiros Outorgados será descontada da parte cabente aos Parceiros Outorgantes, relativa à safra 2003/2004.

Na hipótese de que o presente instrumento venha a ser renovado, o adiantamento ora efetivado será transferido para o novo ciclo, sem que se faça qualquer desconto no valor cabente aos Parceiros Outorgantes relativo à última safra (corte) do ciclo da cultura implantada.

XII – DA CLÁUSULA PENAL

A parte inadimplente responderá por perdas e danos, além de multa contratual, desde fixada em 10% (dez por cento), calculada sobre a receita total da parceria, a ser estimada para tal fim, com base em informações técnicas e laudos periciais.

XIII – DO CARÁTER DO PACTO

O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes por si, bem como, por seus herdeiros e sucessores.

XIV – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Na hipótese de venda da propriedade, no período de vigência do presente instrumento, ficam assegurados aos Parceiros Outorgados o direito de posse até o término do Contrato, bem como, o direito de preferência na aquisição da propriedade em condições de igualdade, de preços e condições, com terceiros, nos termos do disposto no art. 92, § 5º, da Lei 4.504 de 30/11/64.

Os Parceiros Outorgados terão preferência, em igualdade de condições com terceiros, na renovação do presente contrato, devendo os Parceiros Outorgantes, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhes a competente notificação das propostas existentes.

Na hipótese dos Parceiros Outorgantes não notificarem os Parceiros Outorgados no prazo retro estabelecido, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que os Parceiros Outorgados, nos trinta dias seguintes, não manifestem sua desistência ou formulem nova proposta, mediante notificação através do competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

XV – DO REGISTRO E PUBLICIDADE

Os Parceiros Outorgantes autorizam o registro do presente instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, bem como, no Cartório de Registro de Imóveis competente, sendo que, em uma ou outra hipótese, os custos respectivos correrão por conta dos Parceiros Outorgados.

XVI – DO VALOR FISCAL

Exclusivamente para fins fiscais e de registro, as partes arbitram o valor do presente instrumento em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

XVII – DO FORO

Será competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões porventura decorrentes do presente instrumento, o foro da situação do imóvel, objeto da presente parceria.

E por estarem em tudo justas e contratadas as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de único e igual teor, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo qualificadas e assinados, ficando uma via em poder dos Parceiros Outorgantes e as demais em poder dos Parceiros Outorgados.

Carmo do Rio Verde, 18 de março de 2002.

DIVINO PORFIRIO DA SILVA
Parceiro Outorgante

JORGETE RIBEIRO CARDOSO DA SILVA
Parceira Outorgante

JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
Parceiro Outorgante

VILMA DA RESSURREIÇÃO LISBOA DA SILVA
Parceira Outorgante

7

Instrumento Particular de Contrato de Parceria Agrícola

DONIZETE PEREIRA DA SILVA
Parceiro Outorgante

SOLANGE DE OLIVEIRA ANDRADE SILVA
Parceira Outorgante

LUISMAR MELO
Parceiro Outorgado

PAULO FERNANDO CAVALCANTI DE MORAES
Parceiro Outorgado

TESTEMUNHAS:

José de Fátima de Oliveira
RG 1.063.711-SSP/GO
CPF(MF) n.º 199.511.911-34

Celso Resende Silva
CPF(MF) n.º 435.410.541-15